

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios
Financeiros- IFRS**

31 de dezembro de 2021

Simplex | Pessoal | Justo



Relatório dos Auditores Independentes.....	1
Balanço Patrimonial Consolidado.....	10
Demonstração Consolidada do Resultado.....	12
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	13
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	17
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações.....	19
2. Políticas contábeis e critérios de apuração.....	22
3. Base para consolidação.....	40
4. Disponibilidades.....	45
5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito.....	45
6. Instrumentos de dívida.....	46
7. Instrumentos de patrimônio.....	47
8. Instrumentos financeiros derivativos e posições vendidas.....	48
9. Empréstimos e adiantamento a Clientes.....	56
10. Ativos não correntes mantidos para venda.....	61
11. Participações em coligadas e controle em conjunto.....	62
12. Ativo tangível.....	66
13. Ativo intangível - Ágio.....	67
14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis.....	68
15. Outros ativos.....	69
16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito.....	70
17. Depósitos de clientes.....	70
18. Obrigações por títulos e valores mobiliários.....	71
19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	73
20. Outros passivos financeiros.....	73
21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.....	74
22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões.....	81
23. Ativos e passivos fiscais.....	87
24. Outras obrigações.....	90
25. Outros Resultados Abrangentes.....	90
26. Participações de não-controladoras.....	92
27. Patrimônio líquido.....	93
28. Lucro por Ação.....	96
29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros.....	97
30. Índices operacionais.....	103
31. Receitas com juros e similares.....	104
32. Despesas com juros e similares.....	104
33. Receitas de instrumentos de patrimônio.....	104
34. Receitas de tarifas e comissões.....	105
35. Despesas de tarifas e comissões.....	105
36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).....	106
37. Variações cambiais (líquidas).....	106
38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas).....	106
39. Despesas com pessoal.....	107
40. Outras Despesas Administrativas.....	110
41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.....	110
42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas.....	111
43. Outras divulgações.....	111
44. Segmentos operacionais.....	117
45. Transações com partes relacionadas.....	119
46. Gestão do risco.....	129
47. Eventos Subsequentes.....	157
ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO - BRGAAP X IFRS.....	158
ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	161
Relatório da Administração.....	162
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2021.....	173
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	175
Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes.....	176
Relatório do Comitê de Auditoria.....	177

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

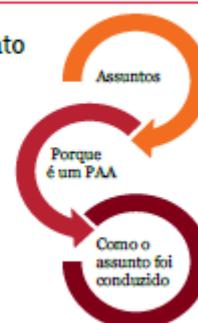
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos (Notas 1.c.2.1.ii, 2.h, 9, 43.h e 46.b)

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

A administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.

Dessa forma, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização da provisão para perdas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para considerar os impactos da COVID-19 na mensuração da perda esperada de crédito, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, verificamos que os ajustes efetuados na estimativa

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

da perda do valor recuperável das operações de crédito, em decorrência dos impactos da COVID19, foram aprovados pelos órgãos de governança apropriados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9 são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para processos judiciais e administrativos (Notas 1.c.2.1.iv, 2.q e 22)

O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de tecnologia da informação (Nota 46 (d))	
<p>O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.</p>
<p>Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas.</p>
<p>Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Outros assuntos - Informação Suplementar

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido - BRGAAP X IFRS

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) e o IFRS, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a



Banco Santander (Brasil) S.A.

responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido - BRGAAP X IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais



Banco Santander (Brasil) S.A.

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

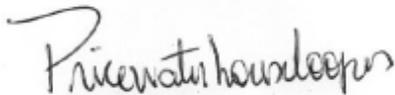
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial Consolidado

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	2019
Disponibilidades	4	16.657.201	20.148.725	20.127.364
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		18.858.842	60.900.466	32.342.306
Instrumentos de dívida	6	3.122.017	3.545.660	3.735.076
Reservas no Banco Central do Brasil		15.736.825	57.354.806	28.607.230
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		70.570.665	95.843.126	55.396.069
Instrumentos de dívida	6	47.752.595	68.520.799	34.885.631
Instrumentos de patrimônio	7	2.020.610	1.818.276	2.029.470
Derivativos	8.a	20.797.460	25.504.051	18.480.968
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado		870.162	499.720	171.453
Instrumentos de patrimônio	7	477.707	438.912	171.453
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	392.455	60.808	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes		101.241.787	109.740.387	96.120.233
Instrumentos de dívida	6	101.212.600	109.668.214	95.962.927
Instrumentos de patrimônio	7	29.187	72.173	157.306
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		633.241.352	554.924.796	474.680.904
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	95.664.754	112.849.776	109.233.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	464.451.587	393.707.229	326.699.480
Instrumentos de dívida	6	73.125.011	48.367.791	38.748.296
Derivativos utilizados como hedge	8.a	342.463	743.463	339.932
Ativos não correntes mantidos para venda	10	816.345	1.092.909	1.325.335
Participações em coligadas e controle em conjunto	11	1.232.646	1.094.985	1.070.762
Ativos fiscais		41.757.332	41.063.782	33.599.178
Correntes		4.117.035	3.082.084	3.304.116
Diferidos	23.d	37.640.297	37.981.698	30.295.062
Outros ativos	15	6.049.028	7.222.411	5.061.337
Ativo tangível	12	8.783.785	9.537.111	9.781.957
Ativo intangível		30.786.788	30.766.498	30.595.788
Ágio	13	27.915.469	28.360.137	28.375.004
Outros ativos intangíveis	14	2.871.319	2.406.361	2.220.784
Total do ativo		931.208.396	933.578.379	760.612.618

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2021	2020	2019
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		36.952.567	75.020.184	44.439.835
Derivativos	8.a	24.172.008	29.212.238	20.604.182
Posições vendidas	8.b	12.780.559	45.807.946	23.835.653
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		7.459.784	7.038.467	5.319.416
Outros passivos financeiros	20	7.459.784	7.038.467	5.319.416
Passivos financeiros ao custo amortizado		750.093.694	707.288.791	575.230.401
Depósitos do banco central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	16	121.005.909	131.656.962	99.271.415
Depósitos de clientes	17	468.961.069	445.813.972	336.514.597
Obrigações por títulos e valores mobiliários	18	79.036.792	56.875.514	73.702.474
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19	19.641.408	13.119.660	10.175.961
Outros passivos financeiros	20	61.448.516	59.822.683	55.565.954
Derivativos utilizados como hedge	8.a	446.973	144.594	200.961
Provisões		11.604.482	13.814.978	16.331.825
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	21	2.728.126	3.929.265	4.960.620
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	22	8.876.356	9.885.713	11.371.205
Passivos fiscais		8.175.023	10.130.248	10.960.075
Correntes		5.949.833	5.583.653	5.419.202
Diferidos	23.d	2.225.190	4.546.595	5.540.873
Outras obrigações	24	10.501.378	14.051.245	10.920.944
Total do passivo		825.233.901	827.488.507	663.403.457
Patrimônio líquido	27	109.046.574	106.205.067	96.736.290
Capital social		55.000.000	57.000.000	57.000.000
Reservas		48.880.561	40.414.981	34.877.493
Ações em tesouraria		(713.039)	(791.358)	(681.135)
Opção de aquisição de instrumento de capital próprio		-	-	(67.000)
Lucro do exercício atribuível à controladora		15.528.052	13.418.529	16.406.932
Menos: dividendos e remuneração		(9.649.000)	(3.837.085)	(10.800.000)
Outros resultados abrangentes		(3.406.428)	(428.080)	(85.710)
Patrimônio líquido atribuível ao controlador		105.640.146	105.776.987	96.650.580
Participações não-controladoras	26	334.349	312.885	558.581
Total do patrimônio líquido		105.974.495	106.089.872	97.209.161
Total do passivo e patrimônio líquido		931.208.396	933.578.379	760.612.618

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada do Resultado

	Nota explicativa	2021	2020	2019
Receitas com juros e similares	31	77.987.308	62.774.940	72.841.060
Despesas com juros e similares	32	(26.668.842)	(18.332.228)	(28.519.953)
Receita Líquida com Juros		51.318.466	44.442.712	44.321.107
Receitas de instrumentos de patrimônio	33	90.040	33.754	18.933
Resultado de equivalência patrimonial	11	144.184	112.261	149.488
Receitas de tarifas e comissões	34	20.388.089	20.606.707	20.392.458
Despesas de tarifas e comissões	35	(5.114.788)	(4.378.493)	(4.679.306)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	36	221.782	12.998.060	2.462.545
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		1.555.837	711.949	252.253
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		3.519.626	12.122.794	2.391.080
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado		205.016	172.828	11.501
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(665.853)	(239.054)	(57.522)
Outros		(4.392.844)	229.543	(134.767)
Variações cambiais (líquidas)	37	(2.002.286)	(24.700.962)	(2.788.537)
Outras despesas operacionais (líquidas)	38	(1.119.380)	(872.510)	(1.107.719)
Total de Receitas		63.926.107	48.241.529	58.768.969
Despesas administrativas		(17.316.419)	(17.114.960)	(16.941.526)
Despesas com pessoal	39	(9.025.702)	(8.871.482)	(9.327.714)
Outras despesas administrativas	40	(8.290.717)	(8.243.478)	(7.613.812)
Depreciação e amortização		(2.433.921)	(2.579.127)	(2.391.857)
Ativo tangível	12	(1.850.780)	(2.039.805)	(1.870.836)
Ativo intangível	14	(583.141)	(539.322)	(521.021)
Provisões (líquidas)		(2.179.417)	(1.656.547)	(3.681.586)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	9	(17.112.734)	(17.450.188)	(13.369.905)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes		(17.112.734)	(17.450.188)	(13.369.905)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(165.799)	(84.908)	(131.435)
Outros ativos intangíveis	14	(30.160)	(66.269)	(103.924)
Outros ativos		(135.639)	(18.639)	(27.511)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	41	(15.113)	230.713	10.646
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	42	47.625	77.463	9.843
Resultado Operacional Antes da Tributação		24.750.329	9.663.975	22.273.149
Impostos sobre a renda	23	(9.191.005)	3.786.778	(5.641.699)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		15.559.324	13.450.753	16.631.450
Lucro atribuível à Controladora		15.528.052	13.418.529	16.406.932
Lucro atribuível às participações não-controladoras	26	31.272	32.224	224.518

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

	2021	2020	2019
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	15.559.324	13.450.753	16.631.450
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(3.245.041)	(897.996)	1.468.651
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.389.705)	(1.003.155)	1.352.702
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(4.255.996)	(1.976.013)	2.926.285
Impostos sobre a renda	1.866.291	972.858	(1.573.583)
Hedge de fluxo de caixa	(855.335)	105.159	115.949
Ajuste ao valor de mercado	(1.628.393)	168.015	270.119
Valores transferidos para a conta de resultado	-	-	6.767
Impostos sobre renda	773.058	(62.856)	(160.937)
Outros Resultados Abrangentes que não serão Reclassificados para Lucro Líquido:	266.692	555.624	(675.497)
Planos de Benefícios Definidos	266.692	555.624	(675.497)
Planos de benefícios definidos	592.967	1.110.034	(1.358.578)
Impostos sobre renda	(326.275)	(554.410)	683.081
Total do Resultado Abrangente	12.580.976	13.108.381	17.424.604
Atribuível à controladora	12.549.704	13.076.157	17.200.086
Atribuível às participações não-controladoras	31.272	32.224	224.518
Total do Resultado Abrangente	12.580.976	13.108.381	17.424.604

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio líquido atribuível à controladora														
	Nota explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de aquisição de instrumento de capital próprio	Lucro do período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Planos de benefícios definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - hedge de fluxo de caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		57.000.000	30.440.288	(461.432)	(1.017.000)	12.582.477	(6.600.000)	91.944.333	1.992.581	(3.071.040)	859.370	(659.774)	91.065.470	529.990	91.595.460
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	16.406.932	-	16.406.932	1.352.702	(675.497)	-	115.949	17.200.086	224.518	17.424.604
Lucro líquido atribuível à controladora		-	-	-	-	16.406.932	-	16.406.932	-	-	-	-	16.406.932	224.518	16.631.450
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	1.352.702	(675.497)	-	115.949	793.154	-	793.154
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	1.352.702	-	-	-	1.352.702	-	1.352.702
Plano de benefícios a funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	(675.497)	-	-	(675.497)	-	(675.497)
Ganhos e perdas-hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.949	115.949	-	115.949
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior		-	12.582.477	-	-	(12.582.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de aquisição de instrumento próprio		-	(1.598.336)	-	950.000	-	-	(648.336)	-	-	-	-	(648.336)	-	(648.336)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	(6.600.000)	-	-	-	(4.200.000)	(10.800.000)	-	-	-	-	(10.800.000)	-	(10.800.000)
Remuneração baseada em ações	39.b	-	50.886	-	-	-	-	50.886	-	-	-	-	50.886	-	50.886
Ações em tesouraria	27.d	-	-	(219.703)	-	-	-	(219.703)	-	-	-	-	(219.703)	-	(219.703)
Resultados de ações em tesouraria	27.d	-	5.796	-	-	-	-	5.796	-	-	-	-	5.796	-	5.796
Outros		-	(3.618)	-	-	-	-	(3.618)	-	-	-	-	(3.618)	(195.927)	(199.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	34.877.493	(681.135)	(67.000)	16.406.932	(10.800.000)	96.736.290	3.345.283	(3.746.537)	859.370	(543.825)	96.650.580	558.581	97.209.161

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Patrimônio líquido atribuível à controladora														
	Nota explicativa	Capital social	Ações em Reservas	Opção de aquisição de instrumento de capital próprio	Lucro do período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Planos de benefícios definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - hedge de fluxo de caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	34.877.492	(681.135)	(67.000)	16.406.932	(10.800.000)	96.736.289	3.345.283	(3.746.537)	859.370	(543.825)	96.650.580	558.581	97.209.161
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	13.418.529	-	13.418.529	(1.003.154)	555.624	-	105.159	13.076.158	32.224	13.108.382
Lucro líquido atribuível à controladora		-	-	-	-	13.418.529	-	13.418.529	-	-	-	-	13.418.529	32.224	13.450.753
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.003.154)	555.624	-	105.159	(342.371)	-	(342.371)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.003.154)	-	-	-	(1.003.154)	-	(1.003.154)
Plano de benefícios a funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	555.624	-	-	555.624	-	555.624
Ganhos e perdas-hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.159	105.159	-	105.159
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior		-	16.406.932	-	-	(16.406.932)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de aquisição de instrumento próprio		-	(67.000)	-	67.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício anterior		-	(10.800.000)	-	-	-	10.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	-	-	-	-	(3.837.085)	(3.837.085)	-	-	-	-	(3.837.085)	-	(3.837.085)
Ações em tesouraria	27.d	-	-	(110.223)	-	-	-	(110.223)	-	-	-	-	(110.223)	-	(110.223)
Outros		-	(2.443)	-	-	-	-	(2.443)	-	-	-	-	(2.443)	(277.920)	(280.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	40.414.981	(791.358)	-	13.418.529	(3.837.085)	106.205.067	2.342.129	(3.190.913)	859.370	(438.666)	105.776.987	312.885	106.089.872

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Patrimônio líquido atribuível à controladora														
	Nota explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de aquisição de instrumento de capital próprio	Lucro do período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Planos de benefícios definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - hedge de fluxo de caixa e de investimento	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	40.414.981	(791.358)	-	13.418.529	(3.837.085)	106.205.067	2.342.129	(3.190.913)	859.370	(438.666)	105.776.987	312.885	106.089.872
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	15.528.052	-	15.528.052	(2.389.705)	266.692	-	(855.335)	12.549.704	31.272	12.580.976
Lucro líquido atribuível à controladora		-	-	-	-	15.528.052	-	15.528.052	-	-	-	-	15.528.052	31.272	15.559.324
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(2.389.705)	266.692	-	(855.335)	(2.978.348)	-	(2.978.348)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(2.389.705)	-	-	-	(2.389.705)	-	(2.389.705)
Plano de benefícios a funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	266.692	-	-	266.692	-	266.692
Ganhos e perdas-hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(855.335)	(855.335)	-	(855.335)
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior		-	13.418.529	-	-	(13.418.529)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão	27.a & 27.c	(2.000.000)	(1.167.674)	-	-	-	-	(3.167.674)	-	-	-	-	(3.167.674)	-	(3.167.674)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício anterior	27.b	-	(3.837.085)	-	-	-	3.837.085	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	-	-	-	-	(9.649.000)	(9.649.000)	-	-	-	-	(9.649.000)	-	(9.649.000)
Ações em tesouraria	27.d	-	-	78.319	-	-	-	78.319	-	-	-	-	78.319	-	78.319
Outros		-	51.810	-	-	-	-	51.810	-	-	-	-	51.810	(9.808)	42.001
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	48.880.561	(713.039)	-	15.528.052	(9.649.000)	109.046.574	(47.576)	(2.924.221)	859.370	(1.294.001)	105.640.146	334.349	105.974.495

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	2021	2020	2019
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido consolidado do exercício		15.559.324	13.450.753	16.631.450
Ajustes ao lucro		(13.898.808)	(31.268.076)	14.654.879
Depreciação do ativo tangível	12.a	1.850.780	2.039.805	1.870.836
Amortização do ativo intangível	14	583.141	539.322	521.021
Perdas com outros ativos (líquidas)		165.799	84.908	131.435
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		19.292.151	19.106.735	17.051.491
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda	41&42	(32.512)	(308.176)	(20.489)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	11.a	(144.184)	(112.261)	(149.488)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	23.d	2.265.227	(8.232.869)	(2.912.279)
Atualização de depósitos judiciais		(433.629)	(219.447)	(574.399)
Atualização de impostos a compensar		(217.820)	(120.220)	(182.469)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	99
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(35.669.654)	(44.250.466)	(2.609.679)
Outros		(1.558.107)	204.593	1.528.800
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		22.502.791	(139.525.961)	(42.332.510)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		42.041.624	(26.198.034)	11.080.730
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		50.833.925	(43.070.163)	11.831.411
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(370.442)	(328.267)	746.024
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		4.094.548	(14.905.798)	(8.835.552)
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(86.179.125)	(80.800.357)	(60.461.392)
Outros ativos		12.082.261	25.776.658	3.306.269
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		(12.821.626)	200.930.390	41.219.165
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(38.067.617)	33.203.455	(4.874.323)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		421.317	1.516.522	3.373.359
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		30.512.246	165.920.919	40.961.046
Outros passivos		(5.687.572)	289.494	1.759.083
Impostos pagos	23.a	(4.534.538)	(1.269.150)	(5.301.184)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		6.807.143	42.317.956	24.871.800
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Investimentos		(2.679.473)	(2.019.278)	(3.500.499)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(13.746)	(13.570)	(746)
Ativo tangível	12.a	(1.162.774)	(1.235.923)	(1.924.783)
Ativo intangível		(1.202.416)	(769.785)	(1.519.725)
Ativos não correntes mantidos para venda		(300.537)	-	(55.245)
Alienação		752.781	856.181	987.164
Ativo tangível	12.a	37.576	47.096	29.911
Ativos não correntes mantidos para venda		563.205	663.067	808.980
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		152.000	146.018	148.273
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(1.926.692)	(1.163.097)	(2.513.335)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aquisição de ações próprias	27.d	78.319	(110.223)	(219.703)
Emissão de Instrumentos de dívida elegível	19	5.500.000	-	-
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	18	101.784.961	60.047.656	53.017.039
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio		(9.907.319)	(10.280.430)	(6.953.718)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	18	(97.220.580)	(82.900.914)	(61.914.716)
Pagamentos de dívida subordinada	19	-	-	(9.885.607)
Pagamentos de juros dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19	(911.306)	(914.645)	(328.892)
Aumento em participações não-controladoras		17.415	6.842	(14.266)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras	-	-	100.000
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)	(658.510)	(34.151.714)	(26.199.863)
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)	-	-	(99)
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)	4.221.941	7.003.145	(3.841.497)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.446.808	21.443.663	25.285.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.668.749	28.446.808	21.443.663

	Nota Explicativa	2021	2020	2019
Componentes do caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	4	16.657.201	20.148.725	20.127.364
Empréstimos e outros valores	5	16.011.548	8.298.083	1.316.299
Total de caixa e equivalentes de caixa		32.668.749	28.446.808	21.443.663
Transações não monetárias				
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda	10	235.904	445.173	735.864
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	27.b	249.000	1.177.085	7.800.000
Informações complementares				
Juros recebidos		77.987.308	62.774.940	72.841.060
Juros pagos		(26.668.842)	(18.332.228)	(28.519.953)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

Conforme descrito na nota 8 a.1), as informações comparativas dos períodos anteriores foram ajustadas para refletir a remensuração das operações com comercialização de energia elétrica.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

• **Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro” e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as Demonstrações Financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração foi 1º de janeiro de 2021.

Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR foram revistos entre as partes e atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração verificou que os fluxos de caixa atualizados são economicamente equivalentes aos originais, de tal forma que não houve impactos materiais relacionados a essa substituição.

Assim sendo, as implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2021

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

· Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

· IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

· Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

· Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

· Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

· Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

· Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As notas 2.h & 46.b2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (Líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, data da preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 13.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.z das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de Outros Resultados Abrangentes são atribuídos aos controladores do Banco e às participações não controladoras mesmo se o efeito for atribuído às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros Resultados Abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota explicativa 3 possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2021, 2020 e 2019.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar as mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (notas 3&11).
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda ou se forem referentes a “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados como *hedge*” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.
- **Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros).
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros para os quais no momento de designação inicial foi feita a opção de marcação de valor justo (Fair Value Option).
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos Outros Resultados Abrangentes:** são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, o modelo de negócio de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil": saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado": inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- "Derivativos": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- "Derivativos utilizados como hedge": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- "Participações em coligadas e controladas em conjuntos": inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou coligadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas").

• Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Depósitos do Banco Central do Brasil": depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- "Depósitos de instituições de crédito": depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- "Depósitos de clientes": inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- "Obrigações por títulos e valores mobiliários": inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.
- "Posições vendidas": inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- "Dívidas subordinadas": valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- "Derivativos utilizados como hedge": inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontra-se descrito na nota 19.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como hedge) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de hedge se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (hedge de valor justo).
- b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).
- c. O investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do hedge, ou seja:

- a. Na data do acordo, for esperado que o hedge, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- b. Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de hedge são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em hedges de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em hedges de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes - Hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de hedge relativos a hedges de fluxo de caixa e hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de hedge contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando operações de hedge de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" (desde o período em que o hedge tenha sido iniciado, e considerado efetivo) é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de hedge accounting em 31 de dezembro de 2021, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Ativos financeiros por cessão de crédito

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, conforme previsto no IFRS 7 / IAS 32. Adicionalmente o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Em milhares de Reais				2021
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	21.575.848	(435.925)	21.139.923	

Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	25.054.906	(435.925)	24.618.981	

Em milhares de Reais				2020
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	26.808.181	(560.666)	26.247.515	

Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	29.917.498	(560.666)	29.356.832	

Em milhares de Reais				2019
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	19.279.829	(458.929)	18.820.900	

Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	21.264.072	(458.929)	20.805.143	

h) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto as reduções ao valor recuperável não são incluídas em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a redução ao valor recuperável de empréstimos, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda do valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD - Exposure at Default" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. O tempo de inadimplência é considerado na medição "PD - Probability of Default".
- De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.
- Probabilidade de inadimplência, ou "PD - Probability of Default", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano, no caso de operações em estágio 1, bem como pelo tempo de vida do ativo (estágios 2 e 3); ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou "LGD - Loss Given at Default", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

• Período de identificação de perdas, ou "LIP - Loss identification period", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

• Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação e após aproximadamente 360 dias de atraso), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubra totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de Arrendamentos – IFRS 16

A partir de 01 de janeiro de 2019, o Banco adotou a norma IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

I. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1 de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos cujo o ativo subjacente seja de baixo valor;
- Até 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos de ativos imobilizados, nos quais o Banco, como arrendatário, detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos. Os saldos apresentados são imateriais.

O Banco arrenda vários imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

II. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão, e também de acordo com disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

III. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (*funding*) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os passivos de arrendamento são corrigidos principalmente pela inflação (IGP-M), cujas projeções estimadas na data-base de 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

Projeção IGP-M (anualizada)	
Até 3 meses	17,8%
De 3 a 12 meses	6,6%
De 1 ano a 3 anos	3,5%
De 3 anos a 5 anos	3,5%
Mais de 5 anos	3,5%

IV. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os efeitos da adoção do IFRS 16 têm impacto exclusivamente no segmento operacional – Banco Comercial.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 é informada na nota 43-d.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou *softwares* desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Anualmente ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *software*, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados: ao final de cada período a entidade revisa a classificação como

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

vida útil indefinida, mantida esta classificação estes estão sujeitos aos testes anuais de redução ao valor recuperável (IAS36).

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), relacionamento com clientes adquiridos, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de relacionamento com clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso de relacionamento com clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperado. Trimestralmente, estas análises são revisadas tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

p) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o Banco aceita um risco significativo, que não seja risco financeiro, de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Todos os métodos de valorização utilizados pela subsidiária são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinadas pelo órgão regulador local e baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro é definido pela Administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, conforme determinado pelo IFRS 4 - Classificação dos Contratos e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foi avaliada através do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Em 31 de dezembro de 2021, o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R\$209.277 (31/12/2020 - R\$285.554 e 31/12/2019 - R\$357.539) para os planos do tipo Fundo Garantidor de Benefícios (FGB).

q) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados as obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo o risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (nota 34). Os principais critérios são os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias

v.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito através da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Anualmente, o Banco revisa suas políticas de garantias para capturar mudanças no mercado, nas características dos ativos dados em garantia e nas condições dos ativos, esses são exemplos de parâmetros técnicos revisados.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

v) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 43-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 21. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a última versão do IAS 19 - Benefícios aos Empregados estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adicionalmente, há reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 21).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e COFINS aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos fiscais classificados como "Correntes" são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 23.

O programa de integração social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

• IFRIC 23 - Publicado em junho de 2017 pelo IASB, o IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda sobre os

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Lucros tem aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019 e visa esclarecer procedimentos para a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no IAS 12 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza quanto ao tratamento a ser adotado para os Tributos sobre o Lucro. Referida norma não gerou impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, as atividades operacionais do Banco Santander.

3. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			31/12/2021
		Ações		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ordinárias e Cotas	Ações Participação Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Recuperação de Créditos Inadimplidos	2.142.011	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	436.441	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	196.979	-	100,00%	100,00%
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	Outras	348	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Controladas da Aymoré CFI						
Banco PSA	Banco	105	-	0,00%	50,00%	
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%	
Solutions 4Fleet.	Outras	328	-	0,00%	80,00%	
Controlada da Santander Leasing						
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%	
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	348	-	0,00%	100,00%	
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%	
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%	
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.						
Summer Empreendimentos Ltda.	Outras	17.084	-	0,00%	100,00%	
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	Outras	3.808	-	0,00%	90,00%	
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.						
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%	
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%	
Controlada da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.						
Paytec Logística e Armazém Ltda.	Outras	100	-	0,00%	100,00%	
Controlada da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.						
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	19.140	-	0,00%	60,00%	
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.						
Toro Investimentos S.A.	Corretora	98.400	-	0,00%	100,00%	
Controlada em Conjunto da Sancap						
Santander Auto S.A.	Outras	22.452	-	0,00%	50,00%	

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (4); e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (5).
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior (6).
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (7).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021 e é controlado através do Banco Santander Brasil S.A, detém 100% das cotas deste fundo.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

i) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passará a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

ii) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcobra") e subsequente incorporação da Fozcobra pela Liderança

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcobra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

iii) Aquisição de Participação Societária na Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solutions4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passará a deter 80% do capital social da Solutions 4Fleet ("Operação"). A Solutions 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

iv) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passará a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

v) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender os clientes da melhor forma. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

vi) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

vii) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$ 5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

viii) Cisão Parcial e segregação da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornarão acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

ix) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 12 de março de 2021, passando o Banco Santander a deter 100% do capital social das empresas Paytec.

x) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil, que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

xi) Alienação dos Investimentos na Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A se retirou do quadro de acionistas das empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 milhões e R\$ 14.770 milhões, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

xii) Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A. ("Pi"), a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Pi passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

xiii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

xiv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição, pelo Banco, das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099 milhões, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. e Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direto da Toque Fale e detentor de 100% do seu capital.

xv) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

xvi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

xvii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil.

4. Disponibilidades

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	16.657.201	20.148.725	20.127.364
Sendo:			
Caixa	4.026.282	4.266.197	4.877.849
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	12.630.919	15.882.528	15.249.515
Total	16.657.201	20.148.725	20.127.364

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	95.664.754	112.849.776	109.233.128
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	95.686.579	112.858.840	109.246.671
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(21.825)	(9.064)	(13.543)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	95.664.754	112.849.776	109.233.128
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	95.686.579	112.858.840	109.247.248
Tipo:			
Aplicações em depósito a prazo	73.780.552	63.673.689	66.908.232
Operações compromissadas (1)	4.129.438	699.034	100.246
Depósitos judiciais	10.200.137	10.773.280	11.424.537
Outras contas (2)	7.576.452	37.712.838	30.814.233
Total	95.686.579	112.858.840	109.247.248

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

(2) Variação refere-se substancialmente aos efeitos da baixa de valores a receber pela cisão da Getnet.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Moeda:			
Real	91.889.990	109.287.868	107.693.973
Dólar norte-americano	2.445.781	2.778.911	1.401.601
Euro	1.350.808	792.061	151.674
Total	95.686.579	112.858.840	109.247.248

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Equivalente de Caixa:			
Transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor (1)	16.011.548	8.298.083	1.316.299

(1) O Valor trata-se de aplicações no mercado aberto (operações compromissadas) e aplicações em depósito interfinanceiro (CDI) a curto prazo

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.122.017	3.545.660	3.735.076
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	47.752.595	68.520.799	34.885.631
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	101.212.600	109.668.214	95.962.927
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	73.125.011	48.367.791	38.748.296
Sendo:			
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	74.315.903	49.945.226	40.803.323
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(1.190.892)	(1.577.435)	(2.055.027)
Total	225.212.223	230.102.464	173.331.930

Tipo:

Títulos do governo - Brasil (1)	171.436.589	191.896.439	135.848.053
Debêntures e notas promissórias	19.881.934	17.071.856	13.874.883
Outros títulos de dívida (2)	33.893.700	21.134.169	23.608.994
Total	225.212.223	230.102.464	173.331.930

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

(2) Referem-se substancialmente a títulos emitidos pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO) da Espanha.

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de reais	2021	2020	2019
Moeda:			
Real	208.599.863	207.752.590	164.447.235
Dólar norte-americano	16.612.360	22.292.647	8.884.695
Euro	-	57.227	-
Total	225.212.223	230.102.464	173.331.930

Em milhares de reais	2021	2020	2019
Instrumentos de dívida vinculadas a:			
Operações compromissadas	76.211.049	101.371.733	102.849.859
Garantia de operações na B3 S.A. - brasil, bolsa, balcão (B3 S.A.)	19.470.624	12.963.251	6.618.651
Vinculadas a depósitos judiciais e outras garantias(1)	23.291.528	9.665.135	9.573.331
Total	118.973.201	124.000.119	119.041.841

(1) Referem-se substancialmente a títulos emitidos pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO) da Espanha.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	2.020.610	1.818.276	2.029.470
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado	477.707	438.912	171.453
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.187	72.173	157.306
Total	2.527.504	2.329.361	2.358.229
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	1.869.824	1.953.128	665.027
Ações de empresas estrangeiras	48.825	13.617	-
Fundos de investimentos (1)	608.855	362.616	1.693.202
Total	2.527.504	2.329.361	2.358.229

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.818.276	2.029.470	766.333
Adições/Ajustes/Baixas (Líquidas)	202.334	(211.194)	1.263.137
Saldo no final do exercício	2.020.610	1.818.276	2.029.470

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	438.912	171.453	298.297
Adições/Ajustes/Baixas (Líquidas)	38.795	267.459	(126.844)
Saldo no final do exercício	477.707	438.912	171.453

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	72.173	157.306	40.986
Adições/Ajustes/Baixas (Líquidas)	(42.986)	(85.133)	116.320
Saldo no final do exercício	29.187	72.173	157.306

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Instrumentos financeiros derivativos e posições vendidas

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado, quando disponíveis. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos financeiros derivativos

a.1) Instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação e patrimoniais.

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como Hedge

Ativo	2021	2020	2020	2020	2019	2019	2019
		Original	Ajuste	Retificado	Original	Ajuste	Retificado
Swap - Diferencial a Receber	7.641.355	14.729.642	-	14.729.642	14.634.863	-	14.634.863
Prêmios de Opções a Exercer	1.385.889	4.974.618	-	4.974.618	1.065.753	-	1.065.753
Contratos a Termo e Outros	12.112.679	9.166.360	(2.623.106)	6.543.254	4.745.118	(1.624.834)	3.120.284
Total	21.139.923	28.870.620	(2.623.106)	26.247.514	20.445.734	(1.624.834)	18.820.900
Passivo							
Swap - Diferencial a Pagar	8.538.705	18.327.611	-	18.327.611	16.458.397	-	16.458.397
Prêmios de Opções Lançadas	2.256.244	4.926.994	-	4.926.994	1.699.729	-	1.699.729
Contratos a Termo e Outros	13.824.032	8.725.333	(2.623.106)	6.102.227	4.271.851	(1.624.834)	2.647.017
Total	24.618.981	31.979.938	(2.623.106)	29.356.832	22.429.977	(1.624.834)	20.805.143

No exercício de 2021 a Companhia revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais

Para fins de melhor comparabilidade, os montantes de "principal" das operações de comercialização de energia registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram reduzidos das rubricas de "Derivativos => Contratos a Termo e Outros" nos montantes de R\$ 2.623.106 (2019 - R\$ 1.624.834), com correspondente impacto no total de ativo e passivo e entre as linhas de "Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação" e "Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação" na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2020 e 2019. Não houve alteração no saldo do patrimônio líquido ou resultado. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentadas para fins de comparação, já contemplam os referidos ajustes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resumo por Categoria

	2021				2020			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor justo	Referencial (1)	Valor da Curva	Valor justo	Referencial (1)	Valor justo
Negociação								
Swap	837.762.019	(1.804.744)	(897.350)	398.925.842	(3.076.947)	(3.597.969)	561.967.799	(1.823.534)
Ativo	418.137.448	13.162.674	7.641.355	278.752.387	6.249.519	14.729.642	282.164.189	147.010.930
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	66.837.268	318.541	(778.177)	41.316.315	326.586	3.010.880	40.550.627	16.908.791
Taxa de Juros Pré - Reais	231.741.021	9.269.271	6.412.471	54.159.848	4.013.563	9.607.342	47.140.927	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.089.110	-	(234.488)	5.124.411	-	-	2.388.118	-
Moeda Estrangeira	91.837.446	799.550	2.003.728	178.076.136	959.322	1.039.529	192.084.517	130.102.139
Outros	25.632.603	2.775.313	237.822	75.676	950.048	1.071.891	-	-
Passivo	419.624.571	(14.967.418)	(8.538.705)	120.173.455	(9.326.465)	(18.327.611)	279.803.610	(148.834.464)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)	33.239.801	(6.911.748)	(13.693.733)	24.353.405	-
Taxa de Juros Pré - Reais	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425	45.088.689	(2.183.507)	(2.772.479)	67.937.624	(24.079.732)
Indexados em Índices de Preços e Juros	22.827.336	-	(728.677)	33.026.692	-	(450.958)	125.829.755	(123.445.067)
Moeda Estrangeira	887.129	(28.407)	2.287.852	6.636.885	(25)	153.695	60.394.529	-
Outros	25.632.461	(4.006.955)	(237.822)	2.181.388	(231.186)	(1.564.135)	1.288.297	(1.309.665)
Opções	1.130.172.099	(595.345)	(870.355)	2.043.286.085	(282.110)	47.624	1.446.536.133	(1.222.465)
Compromissos de Compra	564.829.758	1.240.879	1.385.889	1.006.266.897	1.869.806	4.974.618	678.089.904	381.706
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.898.179	271.464	382.237	1.188.387	47.898	39.202	171.871	(281)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.094.316	140.280	187.123	1.948.673	79.019	109.075	1.456.975	4.355
Opções de Compra Outras	31.248.540	459.995	510.976	134.761.947	558.794	1.093.583	98.154.363	818.664
Mercado Interfinanceiro	28.499.055	444.446	495.214	101.421.659	557.167	556.039	98.154.363	819.262
Outras ⁽²⁾	2.749.485	15.549	15.763	33.340.288	1.627	537.544	-	(598)
Opções de Venda Outras	519.588.723	369.140	305.553	868.367.889	1.184.095	3.732.758	578.306.695	(441.032)
Mercado Interfinanceiro	519.588.723	369.140	305.553	864.852.555	1.183.630	3.729.297	578.306.695	(440.959)
Outras ⁽²⁾	-	-	-	3.515.334	464	3.461	-	(73)
Compromissos de Venda	565.342.341	(1.836.224)	(2.256.244)	1.037.019.188	(2.151.915)	(4.926.994)	768.446.229	(1.604.171)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	4.111.016	(170.553)	(152.348)	1.537.670	(70.201)	699.243	254.945	(1.472)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.017.161	(348.715)	(287.825)	2.315.919	(137.061)	(192.335)	263.994	(2.842)
Opções de Compra Outras	33.383.234	(719.460)	(872.335)	130.919.394	(588.023)	(453.919)	174.166.802	(440.731)
Mercado Interfinanceiro	31.730.928	(713.773)	(858.586)	120.156.285	(566.813)	(464.405)	174.166.802	(440.959)
Outras ⁽²⁾	1.652.305	(5.687)	(13.749)	10.763.109	(21.210)	10.486	-	228
Opções de Venda Outras	523.830.930	(597.497)	(943.736)	902.246.206	(1.356.630)	(4.979.984)	593.760.488	(1.159.126)
Mercado Interfinanceiro	523.830.930	(597.497)	(943.736)	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.427)	593.760.488	(1.159.038)
Outras ⁽²⁾	-	-	-	32.917.888	(6.316)	(382.557)	-	(88)
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	270.258.566	-	-	433.873.180	-
Posição Comprada	148.237.279	-	-	110.275.866	-	-	72.912.029	-
Cupom Cambial (DDI)	85.931.389	-	-	12.438.695	-	-	7.394.951	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Taxa de Juros (DI1 e DIA)	28.491.764	-	-	97.837.171	-	-	55.430.519	-
Moeda Estrangeira	33.797.350	-	-	-	-	-	9.978.419	-
Índice ⁽³⁾	16.776	-	-	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	-	-	108.140	-
Posição Vendida	139.746.999	-	-	159.982.699	-	-	360.961.151	-
Cupom Cambial (DDI)	60.606.204	-	-	73.114.014	-	-	146.032.485	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	53.267.620	-	-	67.958.767	-	-	196.170.105	-
Moeda Estrangeira	25.678.296	-	-	18.653.658	-	-	17.305.604	-
Índice ⁽³⁾	194.879	-	-	256.261	-	-	290.254	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	-	-	1.162.703	-
Contratos a Termo e Outros	167.611.313	2.836.843	(1.711.352)	165.663.806	2.693.759	441.028	169.401.317	483.267
Compromissos de Compra	93.097.212	5.345.415	12.112.679	96.309.648	1.370.654	6.543.254	79.970.842	3.120.284
Moedas	83.752.185	2.738.485	8.501.934	87.254.202	1.370.654	5.026.566	78.344.925	2.794.330
Outros	9.345.027	2.606.930	3.610.745	9.055.447	-	1.516.688	1.625.917	325.954
Compromissos de Venda	74.514.101	(2.508.572)	(13.824.032)	69.354.158	1.323.105	(6.102.227)	89.430.475	(2.647.017)
Moedas	71.611.500	(1.141.826)	(11.932.009)	64.986.757	1.323.328	(4.846.929)	87.801.864	(2.275.227)
Outros	2.902.602	(1.366.746)	(1.892.023)	4.367.401	(223)	(1.255.298)	1.628.611	(371.790)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2021			
	Partes		Instituições	
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total
Swap	152.650.125	233.667.783	31.819.540	418.137.448
Opções	1.127.446.708	1.641.361	1.084.030	1.130.172.099
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	287.984.278
Contratos a Termo e Outros	70.457.399	96.857.222	296.692	167.611.313

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valor Referencial	2020					2019
	Partes		Instituições			
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total		
Swap	40.241.232	97.784.443	140.726.712	278.752.387	282.164.189	
Opções	23.788.051	922.740	2.018.575.293	2.043.286.085	1.446.522.955	
Contratos de Futuros	3.198.239	-	267.060.326	270.258.566	433.873.182	
Contratos a Termo e Outros	67.837.797	49.447.532	45.755.371	163.040.700	169.401.317	

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2021			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	30.501.795	99.817.727	287.817.926	418.137.448
Opções	749.406.698	128.500.299	252.265.102	1.130.172.099
Contratos de Futuros	167.320.563	45.239.639	75.424.076	287.984.278
Contratos a Termo e Outros	72.761.669	67.060.436	27.789.208	167.611.313

Valor Referencial	2020				2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Swap	58.388.872	98.073.784	122.289.731	278.752.387	282.164.189
Opções	931.156.902	572.661.800	539.467.382	2.043.286.084	1.446.522.962
Contratos de Futuros	181.521.486	36.328.390	52.408.689	270.258.566	433.873.181
Contratos a Termo e Outros	104.098.351	33.788.798	25.153.551	163.040.700	169.401.317

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2021		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	111.418.682	306.718.767	418.137.448
Opções	1.094.484.434	35.687.665	1.130.172.099
Contratos de Futuros	287.984.278	-	287.984.278
Contratos a Termo e Outros	7.108.898	160.502.415	167.611.313

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

Valor Referencial	2020			2019
	Bolsas (1)	Balcão	Total	
Swap	82.122.957	196.629.429	278.752.387	282.164.189
Opções	1.940.172.322	103.113.762	2.043.286.084	1.446.522.962
Contratos de Futuros	270.258.566	-	270.258.566	433.873.181
Contratos a Termo e Outros	25.182.494	137.858.206	163.040.700	169.401.317

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2021		2020		2019	
	Valor Nominal	Valor Nominal	Valor Nominal	Valor Nominal	Valor Nominal	Valor Nominal
	Risco Retido -	Risco Transferido -	Risco Retido -	Risco Transferido -	Risco Retido -	Risco Transferido -
	Swap de Taxa	Swap de Crédito	Swap de Taxa	Swap de Crédito	Swap de Taxa	Swap de Crédito
	de Retorno Total	de Retorno Total	de Retorno Total	de Retorno Total	de Retorno Total	de Retorno Total
Swap de Créditos	3.984.392	-	3.483.628	519.670	2.435.880	-
Total	3.984.392	-	3.483.628	519.670	2.435.880	-

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	2021		2020		2019	
	Acima de					
	12 Meses					
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Por Instrumento						
CDS	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Total	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Por Classificação de Risco						
Abaixo do Grau de Investimento	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Total	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Por Entidade de Referência						
Governo Brasileiro	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Total	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880

a.6) Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador são representados como seguem:

a.6.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré-Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa *swap* de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como *hedge* de risco de mercado dos créditos correspondente.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa ou *swaps* de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

este risco, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este risco, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) gerado por debêntures na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (no inception): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *hedge*, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* a uma variação paralela de 10 *Basis Points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do *market to market* (mtm) do instrumento de *hedge* desde a data início com a variação do mtm do objeto de *hedge* desde o início.

Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Estrutura de Hedge	2021		2020		2019	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Fair Value Hedge						
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	3.756.394	-	(2.183.841)	-	(2.853.807)	-
Títulos Públicos LEA	-	-	-	-	(61.761)	-
Resolução 2770	-	-	-	-	(94)	-
Trade Finance Off	728	-	(5.092)	-	(4.015)	-
Total	3.757.122	-	(2.188.933)	-	(2.919.677)	-

Estratégias	Instrumentos de Hedge				Objetos de Hedge	
	Ajuste a Valor		Valor	Ajuste a Valor		Valor
	Curva	de Mercado	Contábil	Curva	de Mercado	Contábil
Contratos de Swap	84.767	(2.204)	82.563	84.937	3.175	88.112
Hedge de Operações de Crédito	84.767	(2.204)	82.563	84.937	3.175	88.112
Contratos de Futuro	41.437.967	(7.913)	41.430.054	46.351.128	(2.031.108)	44.320.021
Hedge de Operações de Crédito	2.850.589	(14.439)	2.836.150	2.738.830	15.685	2.754.515
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	38.587.378	6.527	38.593.904	43.612.299	(2.046.793)	41.565.506

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						Consolidado 31/12/2020
Estratégias	Instrumentos de Hedge				Objetos de Hedge	
	Ajuste a Valor		Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor
	Curva	de Mercado	Contábil	Valor do	de Mercado	Contábil
Contratos de Futuro	46.649.331	-	46.649.331	42.529.036	2.802.690	45.331.727
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	46.649.331	-	46.649.331	42.529.036	2.802.690	45.331.727

						Consolidado 31/12/2019
Estratégias	Instrumentos de Hedge				Objetos de Hedge	
	Ajuste a Valor		Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor
	Curva	de Mercado	Contábil	Valor do	de Mercado	Contábil
Contratos de Swap	3.249.741	101.264	3.351.004	3.555.326	662.773	4.218.099
Hedge de Operações de Crédito	1.118.210	28.993	1.147.202	1.423.809	63.231	1.487.040
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.131.532	72.271	2.203.802	2.131.517	599.542	2.731.059
Contratos de Futuro	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

a.6.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para IBOR + Cupom.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de *hedge* (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de *hedge* permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de *hedge*, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas *proxies*, uma para o objeto de *hedge* e outra para o instrumento.

A *proxy* do objeto de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a "ponta" pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como *hedge*, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do *hedge*. A *proxy* do instrumento de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como *hedge*, e a "ponta" pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A *proxy* é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

a) **Teste Prospectivo:** segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o *hedge* foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é mensurada por meio do teste prospectivo do *hedge* e se identificada reconhecida no resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa" (Nota 25) até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" nas demonstrações consolidadas do resultado.

Estrutura de Hedge	2021		2020		2019	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Cash Flow Hedge						
Eurobonds	-	-	14.666	-	(6.074)	-
Trade Finance Off	(236.630)	-	58.088	-	139.852	-
Títulos Públicos (LFT)	(982.648)	-	727.437	-	503.665	-
CDB	402.779	-	-	-	-	-
Total	(816.500)	-	800.190	-	637.443	-

Estratégias	Instrumentos de Hedge				Objetos de Hedge		Consolidado 31/12/2021
	Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	
Contratos de Futuro	110.932.644	(616.062)	110.316.582	128.673.067	(8.912.769)	119.760.298	
Hedge de Operações de Crédito	28.542.862	(577.845)	27.965.018	28.659.545	1.508.397	30.167.942	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	71.320.781	(26)	71.320.756	89.837.000	(10.543.430)	79.293.570	
Hedge de Captações	11.069.000	(38.191)	11.030.809	10.176.522	122.264	10.298.786	

Estratégias	Instrumentos de Hedge				Consolidado 31/12/2020	
	Contábil - ponta passiva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado		Valor do Ativo
Contratos de Swap	1.428.053	1.428.053	1.302.666	1.302.666	1.302.666	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.428.053	1.428.053	1.302.666	1.302.666	1.302.666	
Contratos de Futuro	19.500.234	19.500.234	23.447.934	23.447.934	23.447.934	
Hedge de Operações de Crédito (1)	19.500.234	19.500.234	23.447.934	23.447.934	23.447.934	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Valor de Mercado	Instrumentos de Hedge	
			Valor de Mercado	Valor do Hedge Ativo
Contratos de Swap	1.361.658	35.110	1.396.768	1.324.685
Hedge de Operações de Crédito	435.872	(3.494)	432.378	399.831
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	925.786	38.604	964.390	924.854
Contratos de Futuro	54.460.972	-	54.460.972	7.726.566
Hedge de Operações de Crédito	50.975.253	-	50.975.253	4.506.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.485.719	-	3.485.719	3.219.688

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do *notional*, registrado em conta de compensação.

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2021	2020	2019
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	31.305.549	4.363.666	5.342.992
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.751.223	6.155.276	1.086.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.725.538	2.814.274	660.918
Total	42.782.310	13.333.215	7.090.466

b) Posições Vendidas

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de posições vendidas totalizou R\$ 12.780.559 (2020 - R\$45.807.946 e 2019 - R\$23.835.653) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

9. Empréstimos e adiantamento a Clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado	392.455	60.808	-
Empréstimos e recebíveis			
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	464.451.587	393.707.229	326.699.480
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	492.962.247	417.761.218	347.256.660
Provisão para perdas por não recuperação (" <i>impairment</i> ")	(28.510.660)	(24.053.989)	(20.557.180)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	464.844.042	393.768.037	326.699.480
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	493.354.702	417.822.026	347.256.660

Em milhares de reais	2021	2020	2019
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	457.384.432	390.941.415	329.910.319
Operações de arrendamento	2.532.048	2.096.240	2.111.842
Operações compromissadas	6.044.808	4.530.041	10.500
Outros recebíveis ⁽²⁾	27.393.414	20.254.330	15.223.999
Total	493.354.702	417.822.026	347.256.660

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por redução ao valor recuperável:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	215.967.128	191.281.653	145.387.439
Crédito imobiliário - construção	54.738.606	45.791.869	39.720.713
Empréstimos a pessoas físicas	220.115.963	178.652.145	160.036.668
Leasing	2.533.004	2.096.359	2.111.840
Total	493.354.702	417.822.026	347.256.660

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	337.583.246	292.884.352	258.760.620
Juros pós-fixados	155.771.456	124.937.674	88.496.040
Total	493.354.702	417.822.026	347.256.660

Setor Devedor por Vencimento	2021						Total	% do Total
	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total		
Comercial e industrial	165.729.422	61,37%	73.723.212	45,81%	8.221.617	13,18%	247.674.251	50,20%
Crédito imobiliário	3.985.684	1,48%	10.137.988	6,30%	40.614.935	65,12%	54.738.607	11,10%
Empréstimos a pessoas físicas	99.050.959	36,68%	75.832.619	47,12%	13.525.262	21,69%	188.408.840	38,19%
Leasing	1.284.868	0,48%	1.238.498	0,77%	9.638	0,02%	2.533.004	0,51%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	270.050.934	100,00%	160.932.317	100,00%	62.371.452	100,00%	493.354.702	100,00%

Setor Devedor por Vencimento	2020						Total	% do Total
	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total		
Comercial e industrial	127.569.542	58,23%	60.190.422	40,94%	3.521.688	6,81%	191.281.652	45,78%
Crédito imobiliário	3.419.553	1,56%	8.973.495	6,10%	33.398.822	64,54%	45.791.870	10,96%
Empréstimos a pessoas físicas	87.174.594	39,79%	76.667.187	52,15%	14.810.364	28,62%	178.652.145	42,76%
Leasing	899.055	0,41%	1.182.713	0,80%	14.591	0,03%	2.096.359	0,50%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	219.062.744	100,00%	147.013.817	100,00%	51.745.465	100,00%	417.822.026	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano		1 a 5 anos		mais de 5 anos		Total	% do Total
	% do total		% do total		% do total			
Comercial e industrial	102.083.249	54,83%	39.408.727	33,44%	3.895.463	9,01%	145.387.439	41,87%
Crédito imobiliário	3.633.231	1,95%	8.145.568	6,91%	27.941.913	64,65%	39.720.713	11,44%
Empréstimos a pessoas físicas	79.624.744	42,76%	69.034.596	58,58%	11.377.328	26,33%	160.036.668	46,09%
Leasing	855.624	0,46%	1.252.673	1,06%	3.543	0,01%	2.111.840	0,61%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	186.196.848	100,00%	117.841.564	100,00%	43.218.247	100,00%	347.256.660	100,00%

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	270.050.934	219.062.744	186.196.849
Entre 1 a 5 anos	160.932.317	147.013.817	117.841.564
Mais de 5 anos	62.371.451	51.745.465	43.218.247
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	493.354.702	417.822.026	347.256.660
Por classificação interna de risco			
Baixo	374.505.212	347.315.357	257.133.115
Médio-baixo	79.216.725	24.277.404	56.549.196
Médio	14.589.977	26.231.871	11.754.806
Médio-alto	9.413.110	3.896.457	8.512.386
Alto	15.629.678	16.100.937	13.307.156
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	493.354.702	417.822.026	347.256.660

c) Perdas por redução ao valor recuperável

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis.

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são as seguintes:

Em milhares de Reais	Estágio			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	
Saldo no início do exercício	5.837.199	4.928.606	14.874.684	25.640.489
Perdas por não-recuperação contra o resultado	3.200.608	4.883.553	8.902.534	16.986.695
Transferências entre estágios	(553.054)	31.154	10.221.329	9.699.429
Movimentação do período	3.753.662	4.852.399	(1.318.795)	7.287.266
Sendo:				
Comercial e industrial	347.359	1.779.043	1.213.907	3.340.309
Crédito imobiliário - construção	4.411	(50.798)	162.418	116.031
Empréstimos a pessoas físicas	2.851.686	3.155.946	7.524.183	13.531.815
Leasing	(2.848)	(638)	2.026	(1.460)
Movimentação por Stage	(2.060.142)	(4.058.304)	6.118.446	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(12.903.807)	(12.903.807)
Sendo:				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comercial e industrial	-	-	(5.153.345)	(5.153.345)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(166.579)	(166.579)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(7.575.967)	(7.575.967)
Leasing	-	-	(7.916)	(7.916)
Saldo no final do exercício	6.977.664	5.753.855	16.991.855	29.723.376
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.861.404	5.703.285	15.945.970	28.510.659
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	21.825		-	21.825
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	94.435	50.570	1.045.887	1.190.892
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	1.536.336	1.536.336
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	462.523	462.523
Crédito imobiliário - construção	-	-	64.257	64.257
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	1.002.257	1.002.257
Leasing	-	-	7.299	7.299
Desconto Concedido	-	-	(1.662.375)	(1.662.375)

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	25.640.489	22.625.750	22.969.315
Perdas por não-recuperação contra o resultado	16.986.695	18.311.441	14.361.382
Sendo:			
Comercial e industrial	3.340.309	6.918.671	2.376.910
Crédito imobiliário - construção	116.031	81.415	94.957
Empréstimos a pessoas físicas	13.531.815	11.308.689	11.866.475
Leasing	(1.460)	2.666	23.040
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(12.903.808)	(15.296.703)	(14.704.948)
Sendo:			
Comercial e industrial	(5.153.346)	(4.616.722)	(5.713.369)
Crédito imobiliário - construção	(166.579)	(232.262)	(108.294)
Empréstimos a pessoas físicas	(7.575.967)	(10.433.131)	(8.834.391)
Leasing	(7.916)	(14.588)	(48.893)
Saldo no final do exercício	29.723.376	25.640.488	22.625.750
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.510.659	24.053.989	20.557.180
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	21.825	9.065	13.543
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	1.190.892	1.577.435	2.055.027
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	1.536.336	861.253	991.476
Sendo:			
Comercial e industrial	462.523	422.023	519.594
Crédito imobiliário - construção	64.257	55.631	46.639
Empréstimos a pessoas físicas	1.002.257	370.491	417.477
Leasing	7.299	13.107	7.767

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por redução ao valor de recuperável contra o resultado", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", "Descontos Concedidos", totalizavam em 31 de dezembro de 2021, R\$17.112.734 (2020 - R\$17.450.188 e 2019 - R\$13.369.905), conforme demonstrado na rubrica de "Perdas com ativos financeiros" (PCLD Créditos e Avais).

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Comercial e industrial	8.324.614	9.757.193	7.455.243
Crédito imobiliário - Construção	154.248	193.935	344.782
Empréstimos a pessoas físicas	21.240.296	15.675.765	14.800.208
Leasing	4.218	13.594	25.517
Total	29.723.376	25.640.488	22.625.750

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Instrumento de Dívida" que estão classificados como custo amortizado e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na nota 1.i) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do período	23.176.039	23.426.076	22.425.801
Adições líquidas	18.428.727	14.757.908	16.000.733
Ativos baixados	(14.681.454)	(15.007.946)	(15.000.458)
Saldo no final do exercício	26.923.312	23.176.039	23.426.076

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	12.885.506	12.966.813	11.729.920
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	4.717.302	3.049.974	3.961.042
6 a 12 meses	6.866.628	4.798.859	5.721.762
12 a 18 meses	1.253.046	1.243.809	985.476
18 a 24 meses	659.702	607.527	523.441
Mais de 24 meses	541.129	509.056	504.435
Total	26.923.312	23.176.039	23.426.076

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	11.439.692	10.558.213	10.072.655
Crédito imobiliário - Construção	470.115	456.130	826.863
Empréstimos a pessoas físicas	14.996.152	12.144.238	12.497.179
Leasing	17.353	17.458	29.379
Total	26.923.312	23.176.039	23.426.076

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos devidos há menos de 90 dias	
	2021	2020	2021	2020	2019	2019
Comercial, financeiro e industrial	4.892.277	5.131.885	20,68%	25,80%	3.517.086	15,42%
Crédito imobiliário - Construção	3.605.641	3.085.498	15,24%	15,51%	5.781.977	25,35%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	15.150.254	11.660.666	64,04%	58,62%	13.489.513	59,13%
Leasing financeiro	10.961	13.292	0,05%	0,07%	24.325	0,11%
Total ⁽¹⁾	23.659.133	19.891.340	100,00%	100,00%	22.812.900	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento que sejam considerados relevantes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Vencidas	3.531	2.740	3.233
A Vencer:			
Até 1 ano	1.067.567	952.172	978.748
De 1 a 5 anos	1.642.506	1.394.525	1.442.244
Acima de 5 anos	132.459	20.128	4.014
Total	2.846.063	2.369.565	2.428.239

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações cedidas é de R\$ 40.790 (2020 - R\$55.284 e 2019 - R\$76.028) e R\$ 40.511 (2020 - R\$55.105 e 2019 - R\$75.500) de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos" (Nota 20).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.362.602	1.580.496	1.598.367
Execuções de empréstimos - retomada de bens	235.904	445.173	735.864
Aumento de Capital em Sociedades mantidas para Venda (1)	66.197	-	55.245
Alienações	(599.283)	(663.067)	(808.980)
Saldo no final do exercício, bruto	1.065.420	1.362.602	1.580.496
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (2)	(249.075)	(269.693)	(255.161)
Provisão como percentual dos ativos executados	23,38%	19,79%	16,14%
Saldo no final do exercício	816.345	1.092.909	1.325.335

(1) Em 20 de setembro de 2019, a Santander Holding Imobiliária concluiu a aquisição da sociedade Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer"), que tem como principal ativo uma agência localizada na Avenida Faria Lima na cidade de São Paulo, pelo montante de R\$45.245. Na conclusão da operação foi formalizado um plano estruturado para venda desta sociedade para um terceiro no curto prazo. Em dezembro de 2019, a Santander Holding Imobiliária realizou um aumento de capital na Summer no montante de R\$10.000.

(2) Em 2021, inclui o montante de R\$ 182.448 (2020 - R\$24.751 e 2019 - R\$251.945) de reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis e R\$2.194 (2020 - R\$122) de provisões para desvalorizações sobre veículos, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por não recuperação ("impairment").

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Participações em coligadas e controle em conjunto

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	2021	Participação em %	
				2020	2019
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	0,00%	0,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	19,45%	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Solutions 4Fleet.	Outras Atividades	Brasil	80,00%	0,00%	0,00%

Influência Significativa do Banco Santander

Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	0,00%	0,00%	21,75%
-------------------------------------	-------------------	--------	-------	-------	--------

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2021 a posição de 30/11/2021.
- (2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Investimentos		
	2021	2020	2019
Controle conjunto do Banco Santander	628.040	590.219	595.230
Banco RCI Brasil S.A.	591.745	544.236	509.890
Norchem Participações e Consultoria S.A.	-	-	21.078
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.257	1.273	3.889
Gestora de Inteligência de Crédito	13.522	28.680	47.744
Campo Grande Empreendimentos	255	255	255
Santander Auto S.A.	21.261	15.775	12.374
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	593.002	504.766	454.280
Webmotors S.A.	359.092	316.597	296.216
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	232.109	186.357	156.589
Hyundai Corretora de Seguros	1.260	1.044	934
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	541	768	541
Controladas da Aymoré CFI	11.604	-	-
Solutions 4Fleet.	11.604	-	-
Influência Significativa do Banco Santander	-	-	21.252
Norchem Holding e Negócios S.A.	-	-	21.252
Total	1.232.646	1.094.985	1.070.762

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2021	2020	2019
Controle conjunto do Banco Santander	54.493	50.915	92.976
Banco RCI Brasil S.A.	62.813	72.057	105.250
Norchem Participações e Consultoria S.A.	-	333	975
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	-	-	75
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	(16)	9	199
Gestora de Inteligência de Crédito	(14.419)	(19.064)	(11.354)
Santander Auto S.A.	6.115	(2.421)	(2.169)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	91.833	61.380	55.936
Webmotors S.A.	45.817	38.823	42.848
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	45.752	22.219	12.498
Hyundai Corretora de Seguros	216	110	(66)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	48	226	656
Controladas da Aymoré CFI	(2.142)	-	-
Solutions 4Fleet.	(2.142)	-	-
Influência Significativa do Banco Santander	-	(33)	576
Norchem Holding e Negócios S.A.	-	(33)	576
Total	144.184	112.261	149.488

	2021		
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.488.103	12.473.458	95.420
Banco RCI Brasil S.A.	11.147.493	11.080.238	157.462
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.339	11.476	(136)
Gestora de Inteligência de Crédito	1.173.234	1.237.937	(74.136)
Santander Auto S.A.	156.037	143.807	12.230
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.055.130	2.824.094	231.035
Webmotors S.A.	342.195	276.743	65.452
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.707.571	2.542.515	165.056
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.353	2.921	431
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.011	1.915	96
Controladas da Aymoré CFI	14.871	17.548	(2.677)
Solutions 4Fleet.	14.871	17.548	(2.677)
Total	15.558.104	15.315.100	323.778

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Ativo	Passivo	2020 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.900.571	11.255.396	51.847
Banco RCI Brasil S.A.	11.620.304	10.255.995	99.951
Norchem Participações e Consultoria S.A.	70.475	27.781	534
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.562	39	148
Gestora de Inteligência de Crédito	1.126.424	933.115	(45.410)
Santander Auto S.A.	71.807	38.466	(3.376)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.952.308	1.692.770	68.469
Webmotors S.A.	512.687	78.856	21.529
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.435.377	1.612.822	46.735
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.076	251	(43)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.168	841	247
Influência Significativa do Banco Santander	126.877	29.391	(225)
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.877	29.391	(225)
Total	15.979.756	12.977.558	120.091
	Ativo	Passivo	2019 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	14.121.618	12.502.780	206.482
Banco RCI Brasil S.A.	13.452.716	12.174.504	263.851
Norchem Participações e Consultoria S.A.	69.865	27.709	1.949
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	35.314	311	1.790
Gestora de Inteligência de Crédito	527.362	288.643	(56.769)
Santander Auto S.A.	36.361	11.613	(4.339)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.873.140	1.628.364	125.439
Webmotors S.A.	484.454	60.734	61.212
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.382.907	1.564.801	63.046
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	1.909	41	(132)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.870	2.788	1.313
Influência Significativa do Banco Santander	126.937	29.226	2.650
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.937	29.226	2.650
Total	17.121.695	14.160.370	334.571

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram:

	2021	2020	2019
Controle conjunto			
Saldo no início do exercício	1.094.985	1.049.510	1.032.382
Mudança de escopo de consolidação	(739)	(41.851)	(51.073)
Adição/Alienação	13.746	13.571	746
Resultados equivalência patrimonial	144.184	112.293	148.912
Dividendos propostos/recebidos	(66.878)	(59.784)	(69.904)
Outros	47.348	21.246	(11.553)
Saldo no final do exercício	1.232.646	1.094.985	1.049.510
Influência Significativa			
Saldo no início do exercício	-	21.252	20.933
Resultados de equivalência patrimonial	-	(33)	576
Dividendos propostos/recebidos	-	(239)	(257)
Alienação	-	(20.980)	-
Saldo no final do exercício	-	-	21.252

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2021, 2020 e 2019.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

	2021		2020		2019	
	Banco RCI Brasil	Webmotors	Banco RCI Brasil	Webmotors	Banco RCI Brasil	Webmotors
Ativo	10.187.883	342.195	11.270.565	276.170	12.052.008	241.919
Passivo	8.754.744	71.742	9.825.654	220.707	10.781.921	61.290
Caixa e Equivalentes de Caixa	341.015	2.746	201.142	1.411	489.400	1.667
Depreciação e Amortização	(1.628)	(19.152)	(1.577)	(14.949)	(1.666)	(9.234)
Receitas	637.856	331.586	732.253	277.270	661.215	165.049
Receitas com Juros	1.308.649	3.938	1.354.283	2.283	1.401.154	5.079
Despesas com Juros	(592.776)	-	(483.506)	-	(547.546)	-
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(105.266)	(32.819)	(169.957)	(26.314)	(83.455)	(26.863)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	3.293.251	58.910	3.279.806	58.910	4.178.761	53.807
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	5.218.945	796	5.947.683	796	470.081	1.006

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais

Custo	Sistemas de		Móveis e equipamentos		Outros	Total
	Terrenos e Edificações	processamento de dados	de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.779.038	4.628.325	9.231.131	-	1.683	16.640.177
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	2.465.750	-	2.465.750
Adições	85.333	826.685	1.012.395	-	370	1.924.783
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	689.982	-	689.982
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(72.951)	-	(72.951)
Baixa	(17.041)	(122.926)	(122.279)	-	-	(262.246)
Transferências	(7.160)	13.236	51.445	-	-	57.521
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.840.170	5.345.320	10.172.692	3.082.781	2.053	21.443.016
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-
Adições	8.831	559.388	667.704	-	-	1.235.923
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	738.603	-	738.603
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(246.308)	-	(246.308)
Baixa	(23.771)	(2.241.220)	(416.600)	-	-	(2.681.591)
Transferências	(8.485)	120.158	39.861	-	(806)	150.728
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.816.745	3.783.646	10.463.657	3.575.076	1.247	20.640.371
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-
Adições	32.959	435.858	693.957	-	-	1.162.774
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	103.449	-	103.449
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(254.101)	-	(254.101)
Baixa	(50.181)	(1.584.956)	(402.817)	-	-	(2.037.954)
Transferências	-	651.607	(468.561)	-	-	183.046
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.799.523	3.286.155	10.286.236	3.424.424	1.247	19.797.585

Depreciação acumulada	Sistemas de		Móveis e equipamentos		Obras em curso e outros	Total
	Terrenos e Edificações	processamento de dados	de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(760.844)	(3.714.712)	(5.511.258)	-	-	(9.986.814)
Adições	(93.455)	(482.256)	(730.993)	(564.132)	-	(1.870.836)
Baixa	10.517	148.486	65.016	8.316	-	232.335
Transferências	15.091	10.272	(9.183)	-	-	16.180
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(828.691)	(4.038.210)	(6.186.418)	(555.816)	-	(11.609.135)
Adições	(86.954)	(537.908)	(846.881)	(568.062)	-	(2.039.805)
Baixa	11.020	2.263.857	359.618	-	-	2.634.495
Transferências	1.765	66.717	(88.612)	-	-	(20.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(902.860)	(2.245.544)	(6.762.293)	(1.123.878)	-	(11.034.575)
Adições	(108.946)	(291.174)	(896.705)	(553.955)	-	(1.850.780)
Baixa	38.337	940.737	448.471	572.833	-	2.000.378
Transferências	-	10	(102.187)	-	-	(102.177)
Adições por Aquisição de Sociedade	-	-	-	-	-	-
Mudança de escopo de consolidação	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(973.469)	(1.595.971)	(7.312.714)	(1.105.000)	-	(10.987.154)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Perdas por não-recuperação ("impairment"):

Saldos em 31 de dezembro de 2018	(13.859)	-	(50.529)	-	-	(64.388)
Impacto no resultado	(587)	-	13.050	-	-	12.463
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(14.446)	-	(37.479)	-	-	(51.925)
Impacto no resultado	(11.162)	-	7.789	-	(13.387)	(16.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(25.608)	-	(29.690)	-	(13.387)	(68.685)
Impacto no resultado	3.310	-	38.729	-	-	42.039
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(22.298)	-	9.039	-	(13.387)	(26.646)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.997.033	1.307.110	3.948.795	2.526.965	2.053	9.781.957
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.888.277	1.538.102	3.671.674	2.451.198	(12.140)	9.537.111
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.785

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui R\$ 58.413 em compromissos contratuais para aquisição de ativos tangíveis. (2020 - R\$0 milhões e 2019 R\$0 milhões).

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IAS 36 o ágio é testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.n.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 44).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.215.749	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	305.937	-	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	237.663	-	-
Olé Consignado (Atual denominação social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800	62.800
Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.613	-	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	24.346	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381	16.382
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	11.336	-	-
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	-	-
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557	1.557
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	-	1.039.304	1.039.304
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	-	-	13.050
Total	27.915.469	28.360.137	28.375.004

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco Comercial		
	2021	2020	2019
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	4,8%	4,3%	4,8%
Taxa de desconto (2)	12,3%	12,4%	12,5%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 18,77% (2020 – 19,56% e 2019 - 17,88%).

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	28.360.137	28.375.004	28.378.288
Aquisições (baixas):			
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	(1.039.304)	-	-
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	305.937	-	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	237.663	-	-
Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.613	-	-
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	11.336	-	-
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	-	-
Outros	1.816	(14.867)	(3.284)
Saldo no final do exercício	27.915.469	28.360.137	28.375.004

Os testes sobre ágio são realizados anualmente ou quando há indícios de impairment. Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente no segundo semestre de 2021 e ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. Para o exercício de 2021, 2020 e 2019, não houve indícios de impairment.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de		Total
	Tecnologia da Informação	Outros ativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.910.273	411.071	7.321.344
Adições	1.290.686	15.757	1.306.443
Baixa	(2.544.403)	(130.622)	(2.675.025)
Transferências	(26.758)	(2.481)	(29.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.629.798	293.725	5.923.523
Adições	990.184	73.238	1.063.422
Baixa	(240.626)	(7.803)	(248.429)
Transferências	(25.515)	3.036	(22.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.353.841	362.196	6.716.037
Adições	1.429.459	71.103	1.500.562
Baixa	(633.534)	(3.270)	(636.804)
Transferências	(124.157)	-	(124.157)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.025.609	430.029	7.455.638
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(5.032.693)	(311.950)	(5.344.643)
Adições	(501.682)	(19.339)	(521.021)
Baixa	2.326.982	79.945	2.406.927
Transferências	(241.395)	(288)	(241.683)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Saldos em 31 de dezembro de 2019	(3.448.788)	(251.632)	(3.700.420)
Adições	(534.000)	(5.322)	(539.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.982.788)	(256.954)	(4.239.742)
Adições	(569.370)	(13.771)	(583.141)
Baixa	343.216	(4.558)	338.658
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.208.942)	(275.283)	(4.484.225)

Perda por não-recuperação ("impairment") - TI	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(320.710)	(15.291)	(336.001)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	110.466	-	110.466
Baixas	207.925	15.291	223.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.319)	-	(2.319)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(66.269)	-	(66.269)
Baixas	(1.346)	-	(1.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(69.934)	-	(69.934)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(23.066)	(7.094)	(30.160)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(93.000)	(7.094)	(100.094)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.178.691	42.093	2.220.784
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.301.119	105.242	2.406.361
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.723.667	147.652	2.871.319

(1) Refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Relacionamento com cliente	922.860	1.873.048	1.926.536
Despesas antecipadas	797.365	1.007.792	1.059.223
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 22.c.5)	496	496	103.272
Ativo Atuarial (Nota 21)	287.808	361.149	346.422
Outros recebíveis (1)	4.040.499	3.979.926	1.625.884
Total	6.049.028	7.222.411	5.061.337

(1) Corresponde, principalmente, a pagamento de prêmios de FOPA.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	121.005.909	131.656.962	99.271.415
Total	121.005.909	131.656.962	99.271.415
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	126.203	296.340	685.026
Depósitos a prazo ⁽²⁾	75.754.363	76.489.490	56.602.470
Operações compromissadas	45.125.343	54.871.132	41.983.919
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	13.478.131	13.843.463	9.506.255
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	31.647.212	41.027.669	32.477.663
Total	121.005.909	131.656.962	99.271.415

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Moeda:			
Real	62.322.887	77.743.482	58.282.793
Euro	9.309	13.156	39.522
Dólar norte-americano	58.673.713	53.900.324	40.949.100
Total	121.005.909	131.656.962	99.271.415

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do item "Depósitos de clientes" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	468.961.069	445.813.972	336.514.597
Total	468.961.069	445.813.972	336.514.597
Tipo:			
Depósitos à vista:			
Contas correntes ⁽¹⁾	41.742.247	35.550.105	28.231.479
Cadernetas de poupança	65.248.913	62.210.443	49.039.857
Depósitos a prazo	280.955.456	269.929.085	200.739.544
Operações compromissadas	81.014.453	78.124.340	58.503.717
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	20.103.099	14.944.250	9.506.255
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	60.911.354	63.180.090	48.997.462
Total	468.961.069	445.813.972	336.514.597

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	79.036.792	56.875.514	73.702.474
Total	79.036.792	56.875.514	73.702.474
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	21.459.182	18.846.138	21.266.079
Eurobonds	12.952.068	9.399.277	8.715.382
Letras financeiras (2)	25.074.264	12.749.911	27.587.340
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	16.989.434	14.746.831	14.776.877
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	2.561.845	1.133.356	1.356.796
Total	79.036.792	56.875.514	73.702.474

- Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 a 2028 (2020 - com prazo de vencimento entre 2021 a 2027 2019 - com prazo de vencimento entre 2020 a 2026).
- As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 a 2031 (2020 - com prazo de vencimento entre 2021 a 2025 e 2019 - com prazo de vencimento entre 2020 a 2025).
- Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2035 (31/12/2020- com prazo de vencimento entre 2021 e 2023).

Indexadores:	Moeda	
	Nacional	Estrangeira
Letras Financeiras	100% a 112% do CDI	-
	100% do IGPM	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 3,41% a 16,97%	-
	104,75% da SELIC	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	86% a 105,8% do CDI	-
	Pré-fixadas: 3,03% a 13,29%	-
	100% do IPCA	-
	1,5% à 1,7% do IPCA	-
	100% da TR	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	70% a 104% do CDI	-
	3,33% a 12,33% da SELIC	-
Letra Imobiliária Garantida - LIG	94% a 98% do CDI	-
	95% a 108,5% do IPCA	-
Eurobonds	-	0% a 9%
	-	CDI+6,4%

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Moeda:			
Real	66.084.725	47.490.706	64.987.092
Dólar norte-americano	12.952.068	9.384.808	8.715.382
Total	79.036.792	56.875.514	73.702.474

Moeda:	2021	2020	Juros médios (%) 2019
Real	1,5%	2,5%	5,0%
Dólar norte-americano	5,7%	5,2%	4,1%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total	3,5%	3,9%	4,5%
--------------	-------------	-------------	-------------

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	56.875.514	73.702.474	74.626.232
Emissões	101.784.961	60.047.656	53.017.039
Pagamentos	(97.220.580)	(82.900.914)	(61.914.716)
Juros (nota 32)	4.536.849	2.785.942	5.138.306
Varição cambial e outros (1)	13.060.048	3.240.356	2.835.613
Saldo no final do exercício	79.036.792	56.875.514	73.702.474

(1) Variação Cambial atrelada às "Obrigações por títulos e valores mobiliários" estão relacionadas aos Eurobonds.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2021	2020	2019
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	-	-	929.042
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	-	37.476
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	-	-	35.438
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	-	-	3.556.724
Eurobonds	2017	2025	USD	4,4%	117.150	14.469	63.181
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	771.300	-	-
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10%	-	853.929	664.996
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	-	1.625.192	1.260.099
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	-	1.720.187	1.427.601
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	225.533	-	-
Eurobonds	2019	2026	USD	4,4%	75.716	-	-
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	632.831	-	-
Eurobonds	2020	2022	USD	4,4%	306.253	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	455.666	-	-
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI+6,4%	-	1.279.506	727.118
Eurobonds	2020	2021	USD	0% a 4%	-	3.252.482	-
Eurobonds	2020	2021	USD	CDI + 1,9%	-	170.257	-
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4%	-	16.923	-
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI + 1,9%	-	121.926	-
Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 8%	46.655	22.888	-
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%	-	223.435	-
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%	-	98.082	-
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	2.005.534	-	-
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%	41.749	-	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+1,9%	205.624	-	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	181.116	-	-
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%	408.824	-	-
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI+1,9%	157.370	-	-
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%	5.316	-	-
Eurobonds	2021	2024	USD	0% a 4,4%	246.192	-	-
Eurobonds	2021	2025	USD	0% a 4,4%	593.036	-	-
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%	3.890.578	-	-
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI + 2,65%	210.639	-	-
Eurobonds	2021	2027	USD	0% a 4,4%	101.029	-	-
Eurobonds	2021	2028	USD	Até 9%	30.126	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Eurobonds	2021	2028	USD	CDI + 6,4%	26.018	-	-
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%	2.217.811	-	-
Outras					-	-	13.707
Total					12.952.068	9.399.276	8.715.382

19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	2021	2020	2019
Notes - Nível I (1)	nov-18	Sem Prazo (Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	7.050.080	6.554.451	5.092.153
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	7.038.527	6.565.209	5.083.808
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$ 5.300	CDI+2%	5.351.046	-	-
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$ 200	CDI+2%	201.755	-	-
Total					19.641.408	13.119.660	10.175.961

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

	2021	2020	2019
Saldos no início do exercício	13.119.660	10.175.961	9.779.944
Emissão - Nível II	5.500.000	-	-
Juros Nível I (1)	505.300	506.771	272.947
Juros Nível II (1)	449.899	402.622	230.594
Varição Cambial e Outros	977.855	2.948.951	221.368
Pagamento de juros - Nível I	(493.071)	(495.789)	(178.278)
Pagamento de juros - Nível II	(418.235)	(418.856)	(150.614)
Saldo no final do exercício	19.641.408	13.119.660	10.175.961

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 32).

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Cartões de crédito	45.976.315	48.912.963	38.531.519
Transações pendentes de liquidação (1)	10.861.143	7.210.396	7.239.785
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	1.029.952	1.223.310	7.826.247
Contas de cobrança fiscal - tributos a recolher	969.939	864.292	883.768
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	40.511	55.105	75.500
Outros passivos financeiros (2)	10.030.440	8.595.084	6.328.551
Total	68.908.300	66.861.150	60.885.370

(1) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

(2) Refere-se substancialmente a passivos financeiros de caráter cancelável, designados ao valor justo pelo resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$2.728.126 (2020 - R\$3.929.265 e 2019 - R\$4.960.620).

I. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- **Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

- **Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- **Plano III:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

- **Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- **Plano I:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

- **Plano II:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

- **Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN):** complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

- **Plano Sanprev I:** plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

- **Plano Sanprev II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio- natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- **Plano Sanprev III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de funcionamento da Sanprev.

• **Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

• **Outros Planos**

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2021, foram de R\$69.142 (2020 – R\$69.142 e 2019 – R\$110.325).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2021 foram de R\$ 17.880 (2020 – R\$ \$14.054).

II. Plano de assistência médica e odontológica

• **Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:**

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

• **Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi):**

O plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

• **Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares):**

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

• **Aposentados pela Bandeprev:**

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

• **Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):**

Fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Diretores Saúde:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

• Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• Seguro de Vida para aposentados (Seguros de Vida):

Concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

• Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):

Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cômjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial e cálculo dos juros sobre os ativos

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego – 8,39% (2020 - 6,8% e 2019 - 7,1%).
- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares – 8,44% (2020 – 7,1% e 2019 – 7,2%).

• Taxa estimada de inflação no longo prazo

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos – 3,00% (2020 - 3,3% e 2019 – 3,5%).

• Taxa estimada de aumento nominal dos salários

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos – 3,52% (2020 – 3,8% e 2019 - 4,0%).

A situação de custeio das obrigações de benefício definido de 2021 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

	2021	2020	2019
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:			
Aos atuais funcionários	320.202	478.837	687.786
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	26.183.758	28.202.580	27.369.696
	26.503.960	28.681.417	28.057.482
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	28.321.826	28.634.891	25.822.890
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(3.645.083)	(2.762.220)	(1.346.547)
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	1.827.217	2.808.746	3.581.139

Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Aos atuais funcionários	97.004	135.902	204.439
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	5.026.865	5.782.124	6.047.368
	5.123.869	5.918.026	6.251.807
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	5.096.262	5.398.667	5.222.517
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(585.495)	(240.010)	-
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	613.101	759.370	1.029.290
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	2.440.318	3.568.115	4.610.429
Sendo:			
Provisões atuariais	2.728.126	3.929.265	4.960.620
Ativos atuariais (nota 15)	287.808	361.149	350.191

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I, II e III e Bandeprev.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	2021	Planos pós-emprego	
		2020	2019
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	1.799	4.186	2.774
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	(81.681)	108.268	149.232
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	252.608	97.291	100.346
Outros movimentos - Encargos Extraordinários	2.117	16.786	(1.101)
Total	174.843	226.532	251.251

	2021	Outras obrigações similares	
		2020	2019
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	6.820	5.860	8.142
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	14.985	71.374	61.845
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	31.500	-	3.173
Outros movimentos - Encargos Extraordinários (2)	(135)	(142)	22.624
Total	53.170	77.092	95.784

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

	2021	Planos pós-emprego	
		2020	2019
Valor presente das obrigações no início do exercício	28.681.417	28.057.482	24.013.207
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	1.799	4.186	2.774
Custo dos juros	1.971.031	1.940.515	2.087.484
Benefícios pagos	(2.159.866)	(2.060.960)	(1.960.103)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.992.512)	722.261	3.908.350
Outros	2.091	17.933	5.770
Valor presente das obrigações no fim do exercício	26.503.960	28.681.417	28.057.482

	2021	Outras obrigações similares	
		2020	2019
Valor presente das obrigações no início do exercício	5.918.026	6.251.807	4.789.072
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	6.820	5.860	8.142
Custo dos juros	417.536	448.836	443.837
Benefícios pagos	(373.341)	(337.742)	(378.782)
Perdas (ganhos) atuariais	(845.173)	(450.735)	1.366.837
Outros	-	-	22.701
Valor presente das obrigações no fim do exercício	5.123.869	5.918.026	6.251.807

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Planos pós-emprego		
	2021	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	28.634.891	25.822.890	22.708.990
Receitas (Despesas) com Juros	2.052.712	1.832.247	1.938.252
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(791.317)	2.994.598	3.087.544
Contribuições	589.006	49.716	51.807
Sendo:			
Pelo Banco	585.437	44.970	44.752
Por participantes do plano	3.569	4.746	7.055
Benefícios pagos	(2.159.866)	(2.060.960)	(1.960.103)
Variações cambiais e outros itens	(3.600)	(3.600)	(3.600)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	28.321.826	28.634.891	25.822.890

	Outras obrigações similares		
	2021	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.398.667	5.222.517	4.157.251
Receitas (Despesas) com Juros	402.551	377.462	381.992
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(521.100)	(34.409)	915.626
Contribuições	151.926	132.416	107.037
Sendo:			
Pelo Banco	151.926	132.416	107.037
Benefícios pagos	(335.781)	(299.319)	(339.389)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.096.263	5.398.667	5.222.517

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Planos pós-emprego		
	2021	2020	2019
Experiência do Plano	(2.640.120)	(807.895)	(446.444)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.632.632	85.634	(2.615.119)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	1.228
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.992.512	(722.261)	(3.060.335)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(791.317)	2.994.598	2.624.960
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(791.317)	2.994.598	2.624.960
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável	(630.255)	(1.318.382)	(164.428)
	Outras obrigações similares		
	2021	2020	2019
Experiência do Plano	(290.878)	289.237	(209.175)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.136.497	182.120	(1.157.662)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	(20.621)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	845.173	450.735	(1.366.837)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(521.100)	(34.409)	915.626
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(521.100)	(34.409)	915.626
Mudança no Superávit Irrecuperável	(313.984)	(240.010)	71.698

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

	2021	2020	Planos pós-emprego 2019
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(791.317)	2.994.598	2.624.960
	2021	2020	Outras obrigações similares 2019
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(521.100)	(34.409)	915.626

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Planos de benefício definido sem cobertura	613.101	759.370	815.929
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	31.014.727	33.840.073	33.493.360

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2021	2020	2019
Instrumentos de dívida	96,68%	97,41%	92,92%
Bens imóveis	0,17%	0,17%	0,26%
Outros	3,15%	2,45%	6,82%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R\$1.198.815(2020 – R\$4.826.845 e 2019 - R\$6.301.111).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2021, projetados para os próximos dez anos:

2022	2.511.841
2023	2.561.598
2024	2.608.572
2025	2.651.957
2026	2.691.303
2027 a 2031	13.884.478
Total	26.909.749

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	2021		2020		Sensibilidade 2019	
	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros						
(+)0,5%	(25.444)	(305.114)	(28.711)	(402.547)	(31.672)	(440.072)
(-)0,5%	28.133	337.349	32.099	450.049	35.572	494.257
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral						
Aplicada (+) 2 anos	(44.619)	(535.039)	(47.637)	(667.904)	(51.720)	(718.632)
Aplicada (-) 2 anos	47.934	574.793	54.226	760.289	56.687	787.636
Custo Assistência Médica						
(+)0,5%	31.280	375.089	34.718	486.769	38.388	533.380
(-)0,5%	(28.762)	(344.891)	(31.637)	(443.569)	(35.060)	(487.146)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Planos pós-emprego Duração (em Anos)
Banesprev Plano I	12,57
Banesprev Plano II	12,92
Banesprev Plano III	11,54
Banesprev Plano IV	14,82
Banesprev Plano V	9,51
Banesprev Pré-75	10,45
Sanprev I	6,79
Sanprev II	12,76
Sanprev III	11,06
Bandeprev Básico	10,53
Bandeprev Especial I	7,23
Bandeprev Especial II	6,46
SantanderPrevi	8,11
CACIBAN / DAB / DCA	7,27/ 5,93/ 6,47

Planos	Outras obrigações similares
Cabesp	16,03
Bandepe	18,03
Clínica Grátis	12,28
Diretores Vitalícios	9,36
Diretores Saúde	30,28
Circulares ⁽¹⁾	11,62 E 12,97
Seguro de Vida	8,04

(1) A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 11,93 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	2021		2020		2019	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	8,4%	8,4%	6,8%	7,1%	7,1%	7,2%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,4%	8,4%	6,8%	7,1%	7,1%	7,2%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,3%	3,3%	3,5%	3,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,8%	N/A	4,0%	4,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.728.126	3.929.265	4.960.620
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.876.356	9.885.713	11.371.205
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	496	496	103.272
Processos judiciais e administrativos	7.668.914	8.648.892	9.226.735
Sendo:			
Cíveis	3.231.004	3.429.155	3.201.061
Trabalhistas	2.071.811	2.886.990	3.504.296
Fiscais e Previdenciárias	2.366.099	2.332.747	2.521.378
Provisões para compromissos contingentes (Nota 22.b.1)	908.027	724.779	683.918
Provisões diversas	298.919	511.546	1.357.280
Total	11.604.482	13.814.978	16.331.825

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

2021			
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	3.929.265	9.885.713	13.814.978
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	217.413	-	217.413
Despesas com pessoal (nota 39)	8.619	-	8.619
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(1.618)	1.997.788	1.996.170
Outros Resultados Abrangentes	(833.511)	-	(833.511)
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	183.248	183.248
Pagamentos a fundos externos	(619.086)	-	(619.086)
Valor pago	-	(3.222.395)	(3.222.395)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	27.045	-	27.045
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	32.002	32.002
Saldo no fim do exercício	2.728.126	8.876.356	11.604.482

2020			
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	4.960.620	11.365.589	16.326.209
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	276.933	-	276.933
Despesas com pessoal (nota 39)	10.046	-	10.046
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	13.044	1.565.402	1.578.446
Outros Resultados Abrangentes	(1.133.245)	-	(1.133.245)
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	40.861	40.861
Pagamentos a fundos externos	(215.829)	-	(215.829)
Valor pago	-	(3.136.423)	(3.136.423)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	17.695	-	17.695
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	50.284	50.284
Saldo no fim do exercício	3.929.265	9.885.713	13.814.978

2019			
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	3.357.654	11.338.244	14.695.898
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	314.596	-	314.596
Despesas com pessoal (nota 39)	10.917	-	10.917
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	21.523	2.936.187	2.957.710
Outros Resultados Abrangentes	1.416.815	-	1.416.815
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	(57.651)	(57.651)
Pagamentos a fundos externos	(183.899)	-	(183.899)
Valor pago	-	(2.865.087)	(2.865.087)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	23.014	-	23.014
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	19.512	19.512
Saldo no fim do exercício	4.960.620	11.371.205	16.331.825

(1) Para maiores informações, consultar a nota 22. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 1.iii, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2021 e 2020.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do período	724.779	683.918	626.267
Constituição de provisão para compromissos contingentes	183.248	40.861	57.651
Saldo no fim do exercício	908.027	724.779	683.918

c) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

c.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e Cofins** - R\$4.075.496 (31/12/2020 - R\$3.993.873): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** R\$ 945.715 (31/12/2020 - R\$924.457): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** R\$ 53.936 (31/12/2020 - R\$51.409) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
- **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$283.528 (2020 - R\$263.183 e 2019 - R\$224.631): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Parte desse processo está classificado com risco de perda possível conforme nota 22.c.4 – Risco de Perda Possível).

c.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve ser seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro corresponde de cada representado e a AFABESP interpôs recurso, entretanto até o momento não houve decisão a respeito.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença.

Em 31 de dezembro de 2021, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

c.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

c.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$29.498.172, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos instaurados pelas autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$7.340.746.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2021, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.145.661.

Compensação Não Homologada - O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2021, o valor era de aproximadamente R\$ 5.351.349.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.466.444.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais feitos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2021, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$1.175.511.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de R\$ 1.092.625.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, e, atualmente, aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$659.114.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$496.231.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$267.267, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.380.226, sendo os principais processos os seguintes:

- **Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia** - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.
- **Ação Oriunda de Disputa Contratual** - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

c.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza civil, nos montantes R\$496 (31/12/2020 - R\$496), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

23. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Resultado Operacional antes da tributação	24.750.329	9.663.975	22.273.149
Resultado Operacional antes da tributação	24.750.329	9.663.975	22.273.149
Alíquota (25% de imposto de renda e 25% de contribuição social)	(12.375.164)	(4.348.789)	(8.909.260)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (1)	(1.679.789)	(1.589.260)	(1.983.839)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	72.114	85.723	59.795
Ágio	(559.247)	(183.854)	(137.175)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	768.902	6.831.484	715.424
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	(230.958)	(57.663)	214.242
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	264.191	551.983	70.223
Juros sobre Capital Próprio	1.820.072	1.478.138	1.604.000
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	1.192.687	353.777	2.796.493
Outros ajustes	1.536.187	665.239	(71.602)
Imposto sobre a renda	(9.191.005)	3.786.778	(5.641.699)
Sendo:			
Impostos correntes	(8.087.119)	(5.111.380)	(6.692.328)
Impostos diferidos	(1.103.886)	8.898.158	1.050.629
Impostos pagos no exercício	(4.534.538)	(1.269.150)	(5.301.184)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 20%

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2021	2020	2019
Variações cambiais (líquidas)			
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	3.862.128	16.791.857	1.512.322
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros			
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> cambial	(6.374.108)	(30.374.869)	(2.776.601)
Impostos sobre a renda			
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> - PIS/COFINS	275.052	311.819	(106.497)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> - IR/CS	2.236.928	13.271.193	1.370.776

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Resultado Operacional antes da tributação	24.750.328	9.663.975	22.273.149
Imposto sobre a renda	9.191.005	(3.786.778)	5.641.699
Alíquota efetiva	37,13%	(39,18%)	25,33%

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	4.583.297	3.008.035	3.517.590
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.978.165	472.472	416.748
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	388.307	1.533	186
Avaliação de <i>hedge</i> de investimento	562.353	562.353	562.353
Avaliação de plano de benefício definido	1.654.472	1.971.677	2.538.303
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(2.349.500)	(3.087.311)	(3.952.457)
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.340.394)	(2.700.991)	(3.618.126)
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	(386.284)	(322.080)
Avaliação de plano de benefício definido	(9.106)	(36)	(12.251)
Total	2.233.797	(79.276)	(434.867)

Refere-se a impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido derivados de diferenças temporárias contabilizadas no patrimônio líquido.

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Ativos Fiscais Diferidos	37.640.297	37.981.698	30.295.062
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	32.884.314	32.113.436	29.565.702
Prejuízo fiscal	4.755.983	5.693.104	367.120
CSLL 18%	-	175.158	362.240
Total de ativos fiscais diferidos	37.640.297	37.981.698	30.295.062
Passivos fiscais Diferidos	2.225.190	4.546.595	5.540.873
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	-	166.903	148.839
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	2.225.190	4.379.692	5.392.034
Total de passivos fiscais diferidos	2.225.190	4.546.595	5.540.873

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação ("impairment") sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Ativos Fiscais Diferidos	37.981.699	(3.609.495)	1.696.091	1.572.002	-	37.640.297
Diferenças temporárias	32.113.436	(2.497.215)	1.696.091	1.572.002	-	32.884.315
Prejuízo fiscal	5.693.104	(937.121)	-	-	-	4.755.983
CSLL 18%	175.159	(175.159)	-	-	-	-
Passivos fiscais diferidos	4.546.595	(1.344.268)	(977.137)	-	-	2.225.190
Diferenças temporárias	4.546.595	(1.344.268)	(977.137)	-	-	2.225.190
Total	33.435.104	(2.265.227)	2.673.228	1.572.002	-	35.415.107

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Ativos Fiscais Diferidos	30.295.060	8.362.100	(400.583)	(418.784)	161.603	37.999.396
Diferenças temporárias	29.565.700	3.223.197	(400.583)	(418.784)	161.603	32.131.133
Prejuízo fiscal	367.120	5.325.984	-	-	-	5.693.104
CSLL 18%	362.240	(187.081)	-	-	-	175.159
Passivos fiscais diferidos	5.540.873	129.231	(1.063.160)	(60.349)	-	4.546.595
Diferenças temporárias	5.540.873	129.231	(1.063.160)	(60.349)	-	4.546.595
Total	24.754.187	8.232.869	662.577	(358.435)	161.603	33.452.801

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Ativos Fiscais Diferidos	27.680.578	3.693.727	471.499	(1.550.744)	-	30.295.060
Diferenças temporárias	26.416.527	4.240.405	471.499	(1.562.731)	-	29.565.700
Prejuízo fiscal	846.587	(491.454)	-	11.987	-	367.120
CSLL 18%	417.464	(55.224)	-	-	-	362.240
Passivos fiscais diferidos	3.031.389	781.448	1.773.065	(45.029)	-	5.540.873
Diferenças temporárias	3.031.389	781.448	1.773.065	(45.029)	-	5.540.873
Total	24.649.189	2.912.279	(1.301.566)	(1.505.715)	-	24.754.187

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

(2) Em 2021 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$1.572.003 (2020 – R\$358.435 e 2019 – R\$1.505.715), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Ativos fiscais diferidos				Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	CSLL 18%	Total	Diferenças temporárias	Total
2022	10.032.946	1.917.879	-	11.950.826	573.982	573.982
2023	10.544.315	1.781.778	-	12.326.093	573.982	573.982
2024	8.684.796	987.568	-	9.672.364	458.404	458.404
2025	1.870.257	40.732	-	1.910.989	546.114	546.114
2026	976.574	7.063	-	983.637	12.717	12.717
2027 a 2031	775.250	21.139	-	796.388	59.991	59.991
Total	32.884.138	4.756.159	-	37.640.297	2.225.190	2.225.190

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1)	2.649.744	5.115.936	5.038.011
Transações em andamento (3)	796.671	674.162	785.418
Provisão para pagamento com base em ações	319.660	325.930	317.539
Passivos por contratos de seguros	2.011.596	1.987.577	1.901.801
Outros (2)	4.723.707	5.947.640	2.878.175
Total	10.501.378	14.051.245	10.920.944

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.

(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.

(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjuntos são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente incluem as mudanças na rubrica "Outros Resultados Abrangentes", como segue:

- Ajuste ao valor de mercado - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecidas diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos de anos anteriores permanecem nessa rubrica, até que sejam transferidos sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido

a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Nota 6 e 7), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	6.756.252	(9.937.757)	(3.181.505)	101.158.055
Títulos privados	795.765	(3.965)	791.800	54.545
Total	7.552.017	(9.941.722)	(2.389.705)	101.212.600

Em milhares de Reais				2020
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	11.061.691	(8.832.504)	2.229.187	109.317.614
Títulos privados	953.043	(840.101)	112.942	38.131
Total	12.014.734	(9.672.605)	2.342.129	109.355.745

Em milhares de Reais				2019
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	7.251.721	(3.952.558)	3.299.163	95.961.823
Títulos privados	824.294	(778.175)	46.119	1.104
Total	8.076.015	(4.730.733)	3.345.282	95.962.927

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por não recuperação.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - Hedges de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Em 2020, esse hedge foi descontinuado (Nota 8.a5).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Real (Nota 2.a).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

26. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Total	334.349	312.885	558.581
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	-	447
Olé Consignado S.A.	-	-	271.078
Banco PSA Finance Brasil S.A.	129.289	138.644	131.222
Rojo Entretenimento S.A.	6.939	7.087	7.245
Banco Hyundai Capital	183.538	167.155	148.589
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	3.109	-	-
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	11.474	-	-

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Lucro atribuível às participações não-controladoras	31.272	32.224	224.518
Sendo:			
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	(444)	3
Getnet S.A.	-	-	3.962
Olé Consignado S.A.	-	-	199.332
Banco PSA Finance Brasil S.A.	12.688	14.146	15.887
Rojo Entretenimento S.A.	(148)	(159)	230
Banco Hyundai Capital	21.563	18.681	2.520
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	1.569	-	-
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(4.400)	-	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Atual denominação Social da Ipanema Empreendimentos e Participações)	-	-	2.584

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	312.885	558.581	529.990
Mudança no escopo de consolidação (1)	17.415	(271.078)	51.073
Dividendos pagos / Juros sobre capital próprio	(19.138)	-	(92.734)
Aumento de Capital (2)	-	-	100.000
Lucro atribuível às participações não-controladoras	31.272	32.224	224.518
Atualização PUT Olé Consignado S.A.	-	-	(240.000)
Outros	(8.085)	(6.842)	(14.266)
Saldo no encerramento do exercício	334.349	312.885	558.581

(1) Em 2019, refere-se, principalmente ao Banco Hyundai Capital que era consolidado pelo método de equivalência patrimonial. Em 2020, refere-se à incorporação do Banco Olé Consignado S.A pela Companhia. Em 2021, refere-se à incorporação da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

(2) Em 2019, refere-se ao aumento de capital social do Olé Consignado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2021			Ações - mil 2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no Brasil	109.718	135.345	245.063	109.885	135.438	245.323
De Domiciliados no exterior	3.708.977	3.544.491	7.253.468	3.708.810	3.544.398	7.253.208
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(15.755)	(15.755)	(31.510)	(18.829)	(18.829)	(37.658)
Total em circulação	3.802.940	3.664.081	7.467.021	3.799.866	3.661.007	7.460.873

	Ações - mil 2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	90.069	115.785	205.854
De Domiciliados no Exterior	3.728.626	3.564.051	7.292.677
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(16.702)	(16.702)	(33.404)
Total em circulação	3.801.993	3.663.134	7.465.127

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei n° 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei n° 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2021						
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units					
		Bruto			Líquido		
	Ordinárias	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units	
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83	774,77
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72	56,74
Total	9.649.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

	2020						
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units					
		Bruto			Líquido		
	Ordinárias	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units	
Juros sobre o Capital Próprio (1) (5)	890.000	113,71	125,08	238,80	96,65	106,32	202,97
Juros sobre o Capital Próprio (2) (5)	770.000	98,37	108,21	206,58	83,62	91,98	175,61
Juros sobre o Capital Próprio (3) (5)	1.000.000	127,76	140,54	268,30	108,59	119,45	228,04
Juros sobre o Capital Próprio (4) (5)	665.000	84,96	93,45	178,41	72,21	79,44	151,65
Dividendos (5)(6)	512.085	65,43	71,97	137,39	65,43	71,97	137,39
Total	3.837.085						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	2019						
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units					
		Bruto			Líquido		
	Ordinárias	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units	
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,59	140,34	267,93	108,45	119,29	227,74
Dividendos Intercalares (2) (6)	1.000.000	127,64	140,40	268,04	127,64	140,40	268,04
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,66	140,43	268,09	108,51	119,36	227,87
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,97	141,86	270,83	109,62	120,58	230,21
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,02	953,72	1.820,74	867,02	953,72	1.820,74
Total	10.800.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução das reservas para equalização de dividendos do Santander Brasil no montante total de R\$ 1.167.674.

A redução contempla o saldo remanescente do patrimônio da parcela cindida, bem como a baixa da opção de aquisição de instrumento de capital próprio.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2021, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	2021	2020	2019
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
	Units	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do Exercício	18.829	16.702	13.317
Aquisições de Ações	91	5.052	6.465
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(3.165)	(2.925)	(3.080)
Ações em Tesouraria no final do Exercício	15.755	18.829	16.702
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais	R\$ 711.268	R\$ 789.587	R\$ 679.364
Custos de Emissão em milhares de reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771	R\$ 1.771

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 713.039	R\$ 791.358	R\$ 681.135
Custo / Cotação da Ação	Units	Units	Units
Custo mínimo (1)	R\$7,55	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado (1)	R\$33,86	R\$33,24	R\$28,59
Custo máximo (1)	R\$49,55	R\$49,55	R\$43,84
Cotação da Ação	R\$29,98	R\$44,83	R\$42,70

(1) Considerando desde o início das operações em bolsa.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma perda de R\$ 40.820 (2020 – perda de R\$9.274 e 2019 – perda de R\$5.796), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

28. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2021	2020	2019
Lucro atribuível à controladora	15.528.052	13.418.529	16.406.932
Lucro por Ação (R\$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (R\$)			
Ações ordinárias	1.981,65	1.713,45	2.094,83
Ações preferenciais	2.179,82	1.884,80	2.304,32
Lucro líquido atribuído - Básico (R\$)			
Ações ordinárias	7.535.924	6.511.367	7.965.194
Ações preferenciais	7.992.128	6.907.162	8.441.738
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias	3.802.851	3.800.140	3.802.303
Ações preferenciais	3.666.423	3.664.666	3.663.444

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2021	2020	2019
Lucro atribuível à controladora	15.528.052	13.418.529	16.406.932
Lucro por Ação (R\$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (R\$)			
Ações ordinárias	1.981,65	1.713,45	2.094,83
Ações preferenciais	2.179,82	1.884,80	2.304,32
Lucro líquido atribuído - Diluído (R\$)			
Ações ordinárias	7.535.924	6.511.367	7.965.194
Ações preferenciais	7.992.128	6.907.162	8.441.738
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído			
Ações ordinárias	3.802.851	3.800.140	3.802.303
Ações preferenciais	3.666.423	3.664.666	3.663.444

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (NTN-A), compromissadas, LCI Cancelável e em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Categoria	Tipo Ativo/Passivo	Técnica de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de Inflação	<i>Discounted cash flow</i>	Taxa de Cupom de IGPM
	Swap de taxa de juros	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas pré-fixadas de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo IDI
	Opções de Moeda	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Passivo de previdência	Modelo Atuarial	Taxa de Cupom de IGPM
	Títulos privados	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de desconto ("Yields") de NTN-C e TDA
Opções de Venda	Opções de venda	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de crescimento e taxas de desconto

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2021 Total
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	601.204	15.736.825	2.520.813	18.858.842
Instrumentos de dívida	601.204	-	2.520.813	3.122.017
Reservas no Banco Central do Brasil	-	15.736.825	-	15.736.825
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.462.429	20.608.008	500.228	70.570.665
Instrumentos de dívida	47.582.871	19.329	150.395	47.752.595
Instrumentos de patrimônio	1.879.558	85.029	56.023	2.020.610
Derivativos	-	20.503.650	293.810	20.797.460
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	420.898	449.264	870.162
Instrumentos de patrimônio	-	98.921	378.786	477.707
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	321.977	70.478	392.455
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	98.977.403	1.662.779	601.605	101.241.787
Instrumentos de dívida	98.975.973	1.649.925	586.702	101.212.600
Instrumentos de patrimônio	1.430	12.854	14.903	29.187
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	342.463	-	342.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	36.484.135	468.432	36.952.567
Derivativos	-	23.703.576	468.432	24.172.008
Posições vendidas	-	12.780.559	-	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.459.784	-	7.459.784
Outros Passivos Financeiros	-	7.459.784	-	7.459.784
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	446.973	-	446.973

	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	31/12/2020 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	588.778	57.354.806	2.956.882	60.900.466
Instrumentos de dívida	588.778	-	2.956.882	3.545.660
Reservas no Banco Central do Brasil	-	57.354.806	-	57.354.806
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	70.139.962	27.508.722	817.548	98.466.232
Instrumentos de dívida	68.461.854	11.848	47.097	68.520.799
Instrumentos de patrimônio	1.678.108	128.251	11.917	1.818.276
Derivativos	-	27.368.623	758.534	28.127.157
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	217.569	282.151	499.720
Instrumentos de patrimônio	-	185.790	253.122	438.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	31.779	29.029	60.808
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	106.456.132	1.987.234	1.297.021	109.740.387
Instrumentos de dívida	106.454.645	1.953.504	1.260.065	109.668.214
Instrumentos de patrimônio	1.487	33.730	36.956	72.173
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	743.463	-	743.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	76.890.170	753.121	77.643.291
Derivativos	-	31.082.223	753.121	31.835.344
Posições vendidas	-	45.807.947	-	45.807.947
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.038.467	-	7.038.467
Outros Passivos Financeiros	-	7.038.467	-	7.038.467
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	144.594	-	144.594

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2019 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	975.393	28.739.507	2.627.405	32.342.305
Instrumentos de dívida	975.393	132.277	2.627.405	3.735.075
Reservas no Banco Central do Brasil	-	28.607.230	-	28.607.230
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	35.057.803	21.247.552	715.548	57.020.903
Instrumentos de dívida	33.028.333	1.726.441	130.857	34.885.631
Instrumentos de patrimônio	2.029.470	-	-	2.029.470
Derivativos	-	19.521.111	584.691	20.105.802
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	143.077	627	27.749	171.453
Instrumentos de patrimônio	143.077	627	27.749	171.453
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	93.555.527	1.612.741	951.966	96.120.234
Instrumentos de dívida	93.531.617	1.612.741	818.569	95.962.927
Instrumentos de patrimônio	23.910	-	133.397	157.307
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	339.932	-	339.932
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	45.499.913	564.757	46.064.670
Derivativos	-	21.664.260	564.757	22.229.017
Posições vendidas	-	23.835.653	-	23.835.653
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	3.719.416	1.600.000	5.319.416
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	200.961	-	200.961

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2021, 2020 e 2019 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.956.882	99.401	-	(535.470)	2.520.813
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	817.548	(802.760)	(36.051)	483.419	462.156
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	282.151	78.853	-	88.260	449.264
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.297.021	(268.095)	-	(427.322)	601.604
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	753.121	(337.847)	(137.963)	156.272	433.583
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	-	-	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Valor Justo 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.627.405	83.832	(239.512)	485.157	2.956.882
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	715.548	502.596	(231.468)	(169.128)	817.548
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	27.749	100.091	125.282	29.029	282.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	951.966	(21.677)	(197.098)	563.830	1.297.021
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	564.757	500.159	(406.971)	95.176	753.121
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-

	Valor Justo 31/12/2018	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	510.887	290.773	1.700.499	125.246	2.627.405
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	1.370.270	238.632	(1.031.076)	137.722	715.548
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	154.947	(101.541)	-	(25.657)	27.749
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	709.956	253.803	291	(12.084)	951.966
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	641.458	190.813	(586.346)	318.832	564.757

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2021
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	16.657.201	16.657.201	16.657.201	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	95.664.754	95.664.754	-	73.308.279	22.356.475
Empréstimos e adiantamentos a clientes	464.451.587	460.525.749	-	6.044.808	454.480.941
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	73.125.011	74.074.095	28.472.612	12.124.154	33.477.329
Total	649.898.553	646.921.799	45.129.813	91.477.241	510.314.745

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2020
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	20.148.725	20.148.725	20.148.725	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	112.849.776	112.849.776	-	59.492.738	53.357.038
Empréstimos e adiantamentos a clientes	393.707.229	396.878.319	-	4.530.041	392.348.278
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	48.367.791	49.963.947	4.425.723	17.486.057	28.052.167
Total	575.073.521	579.840.767	24.574.448	81.508.836	473.757.483

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2019
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	15.249.515	15.249.515	-	15.249.515	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	109.233.128	109.233.128	-	109.233.128	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	326.699.480	327.278.243	-	-	327.278.243
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	38.748.296	39.678.192	5.378.791	7.858.612	26.440.789
Total	489.930.419	491.439.078	5.378.791	132.341.255	353.719.032

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Durante 2020, o Banco reclassificou R\$ 73.075.341 de "Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito" e R\$ 390.760.088 de "Depósitos de clientes" do nível 2 para o nível 3, uma vez que não havia mercado de negociação ativo para esses instrumentos".

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2021
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	121.005.909	121.005.909	-	26.200.162	94.805.747
Depósitos de clientes	468.961.069	468.960.950	-	60.911.279	408.049.671
Obrigações por títulos e valores mobiliários	79.036.792	79.035.644	-	-	79.035.644

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	61.448.516	61.448.516	-	-	61.448.516
Total	750.093.694	750.092.427	-	87.111.441	662.980.986

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2020
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	131.656.962	131.654.431	-	58.579.090	73.075.341
Depósitos de clientes	445.813.972	445.856.090	-	55.096.002	390.760.088
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56.875.514	57.265.307	-	-	57.265.307
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Outros passivos financeiros	59.822.683	59.822.683	-	-	59.822.683
Total	707.288.791	707.718.171	-	113.675.092	594.043.080

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2019
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	99.271.415	99.271.415	-	99.271.415	-
Depósitos de clientes	336.514.597	336.593.455	-	336.593.455	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	73.702.474	73.889.348	-	10.205.065	63.684.284
Dívidas subordinadas	10.175.961	10.175.961	-	10.175.961	-
Outros passivos financeiros	55.565.954	55.565.954	-	-	55.565.954
Total	575.230.401	575.496.132	-	456.245.896	119.250.238

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 2.e.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

30. Índices operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta maneira, em dezembro a exigência de PR é de 11,00%. Considera-se 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com a exigência de PR Nível I de 9,00% e de Capital Principal Mínimo de 7,50%. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-21	dez-20	dez-19
Patrimônio de Referência Nível I	76.969,9	77.571,5	66.481,7
Capital Principal	69.919,9	71.006,3	61.389,5
Capital Complementar	7.050,1	6.565,2	5.092,2
Patrimônio de Referência Nível II	12.591,3	6.554,5	5.083,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.561,3	84.126,0	71.565,5
Risco de Crédito	527.119,3	478.303,5	407.786,2
Risco de Mercado	15.122,2	15.846,3	20.235,2
Risco Operacional	58.499,8	57.419,4	47.965,5
Total de RWA	600.741,3	551.569,2	475.986,9
Índice de Basileia Nível I	12,81	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	11,64	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,91	15,25	15,04

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.
- (2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).
- (3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2021, 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	2.581.083	1.552.121	3.827.648
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.190.799	1.518.557	3.843.798
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49.537.564	44.103.997	50.406.078
Instrumentos de dívida	19.041.947	13.556.403	13.528.096
Planos de previdência	19.613	16.720	27.353
Outros juros	1.616.302	2.027.142	1.208.087
Total	77.987.308	62.774.940	72.841.060

32. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2021, 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Depósitos de instituições de crédito	4.712.388	4.327.276	4.866.357
Depósitos de clientes	13.187.967	7.504.276	14.965.958
Títulos de dívida e passivos subordinados:			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	4.536.849	2.785.942	5.138.306
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 19)	955.199	909.393	503.541
Planos de previdência (nota 21.b)	248.312	301.389	342.068
Outros juros (1)	3.028.127	2.503.952	2.703.723
Total	26.668.842	18.332.228	28.519.953

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas.

33. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	89.563	30.232	13.398
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	477	3.522	5.535
Total	90.040	33.754	18.933

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

34. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	1.163.616	1.083.262	1.143.229
Contas à vista	2.664.586	2.425.416	2.554.559
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	5.338.649	6.009.780	6.620.708
Cheques e outros	127.509	138.483	188.249
Ordens de pagamento	695.293	856.723	720.521
Total	9.989.653	10.513.664	11.227.266
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	731.817	450.940	725.494
Seguros	3.566.596	3.134.723	3.120.471
Capitalização	711.351	634.775	829.852
Total	5.009.764	4.220.438	4.675.817
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	935.464	695.978	721.793
Negociação de títulos e valores mobiliários	318.590	281.686	186.847
Administração e custódia	647.054	495.457	401.310
Gestão de bens	987	1.144	2.291
Total	1.902.095	1.474.265	1.312.241
Outros:			
Cambiais	1.512.326	1.450.636	968.270
Garantias financeiras	838.790	728.232	650.241
Outros tarifas e comissões	1.135.461	2.219.472	1.558.623
Total	3.486.577	4.398.340	3.177.134
Total	20.388.089	20.606.707	20.392.458

35. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	2.743.339	2.685.005	3.639.239
Outras tarifas e comissões	2.371.449	1.693.488	1.040.066
Total	5.114.788	4.378.493	4.679.306

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.555.837	711.949	252.253
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação (1)	3.519.626	12.122.794	2.391.080
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	205.016	172.828	11.501
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(665.853)	(239.054)	(57.522)
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	(432.510)	(207.011)	(46.136)
Instrumentos de patrimônio	(233.344)	(32.043)	(11.386)
Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Derivativos de hedge e outros	(4.392.844)	229.543	(134.767)
Total	221.782	12.998.060	2.462.545

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 23).

37. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Receitas com Variações Cambiais	196.480.319	78.578.786	23.622.963
Despesas com Variações Cambiais	(198.482.605)	(103.279.748)	(26.411.500)
Total	(2.002.286)	(24.700.962)	(2.788.537)

38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Outras receitas operacionais	914.084	792.639	591.125
Outras despesas operacionais	(1.559.663)	(1.237.133)	(1.351.568)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(473.801)	(428.016)	(347.276)
Total	(1.119.380)	(872.510)	(1.107.719)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

39. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Remuneração direta	5.905.394	5.730.779	5.876.328
Encargos	1.153.164	1.222.352	1.276.620
Benefícios	1.434.815	1.390.044	1.491.485
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22)	6.415	6.892	10.917
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	152.156	117.216	131.885
Remuneração com base em ações	24.045	19.348	88.248
Treinamento	54.858	49.037	66.215
Outras despesas de pessoal	294.855	335.814	386.016
Total	9.025.702	8.871.482	9.327.714

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Estes montantes estão registrados nas rubricas Outras Obrigações (Nota 24) e despesas de Pessoal (Nota 39.a).

b.1) Programa Local e Global

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício	01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2020	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ 4.216.667	(*)	R\$ 4.916.667	
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 3.668.000	(*)	R\$ -	
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ 2.986.667	(*)	R\$ 9.440.000	
		01/2021 a 09/2024	2024	R\$ 13.520.000	(*)	R\$ -	
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.834.000	(*)	R\$ -	
		07/2019 a 06/2022	2022	111.962	SANB11	109.677	SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022	301.583	SANB11	450.738	SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	249.666	SANB11	281.031	SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	177.252	SANB11	-	SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024	327.065	SANB11	-	SANB11
		01/2021 a 01/2024	2024	30.545	SANB11	-	SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	2023	309.576	SAN (**)	318.478	SAN (**)
		01/2020 a 12/2022	2023, com limite para exercício das opções até 2030	1.618.445	Opções s/ SAN (**)	1.664.983	Opções s/ SAN (**)
		01/2021 a 12/2023	02/2024	135.632	SAN (**)	-	
		01/2021 a 12/2023	02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	404.630	Opções s/ SAN (**)	-	
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2021				R\$ 26.225.334	(*)	R\$ 14.356.667	(*)
				1.198.073	SANB11	841.446	SANB11
				445.208	SAN	318.478	SAN
				2.023.075	Opções s/ SAN	1.664.983	Opções s/ SAN

(*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de *vesting*, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(**) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de *vesting*, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	20.720	10.776
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.534	846

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	63.658	103.696
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	111.995	98.696

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

40. Outras Despesas Administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Despesas com manutenções diversas	889.077	743.580	748.196
Despesas com manutenção de sistemas	2.474.348	2.355.310	2.058.619
Publicidade	621.425	654.175	712.855
Comunicações	353.271	648.856	472.873
Ajudas de custo e despesas de viagem	71.840	68.922	140.016
Tributos exceto imposto de renda	202.440	280.098	112.012
Serviços de vigilância e transporte de valores	597.946	594.953	630.585
Prêmios de seguros	22.374	16.620	34.778
Serviços técnicos especializados	2.184.139	2.171.460	2.172.567
Relatórios técnicos	355.343	319.814	360.990
Outros serviços técnicos e especializados	1.828.795	1.851.646	1.811.577
Outras despesas administrativas (1)	873.857	709.504	531.311
Total	8.290.717	8.243.478	7.613.812

(1) Em 31 de dezembro de 2021 é composto principalmente por Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$160.716 (2020 – R\$176.105 e 2019 - R\$67.724), Despesas de Serviços no saldo de R\$ 51.689 (2020 - receita de R\$27.751 e 2019 - R\$87.199), Despesas com Fundo Garantidor de Benefícios - FGB R\$3.864 (2020 – R\$8.478 e 2019 - R\$34.996) e Recuperação de Encargos e Despesas R\$ 378.604 (2020 – R\$212.850 e 2019 – R\$92.408).

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhões de Reais	2021	2020	2019
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas constantes no escopo da consolidação	26,3	24,0	25,2
Relacionados a Auditoria	0,2	0,4	0,1
Outros	0,4	0,0	0,3
Total	26,9	24,4	25,6

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$1,9 milhões (2020 - R\$1,5 milhões e 2019 - R\$3,6 milhões).

41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Ganhos	45.780	285.335	55.709
Alienação de tangíveis	45.780	36.778	55.709
Alienação de investimentos	-	248.557	-
Perdas	(60.893)	(54.622)	(45.063)
Alienação de tangíveis	(32.863)	(14.517)	(45.063)
Alienação de investimentos	(28.030)	(40.105)	-
Total	(15.113)	230.713	10.646

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2021, a receita de R\$ 48 milhões é composta principalmente por receita de R\$101 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes, e em 31 de dezembro de 2020, a receita de R\$77 milhões é composta principalmente por receita de R\$24 milhões com reversão de provisão para perdas em outros valores e bens líquida de constituição da provisão para perda do valor recuperável de imóveis, constituição de provisão para perdas em outros valores e bens e de receita de R\$49 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e em 31 de dezembro de 2019 inclui principalmente, R\$ 16 milhões de despesa com a constituição da provisão para perda do valor recuperável de imóveis, constituição de provisão para perdas em outros valores e bens e de R\$34 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes.

43. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores notional que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	49.391.839	45.930.486	41.870.332
Garantias financeiras	33.192.559	32.477.336	29.397.344
Garantias de desempenho	1.167.603	989.979	1.009.367
Cartas de crédito financeiras	14.990.887	12.407.888	11.387.788
Outros	40.790	55.283	75.833
Outras exposições contingentes	4.028.516	2.351.530	2.442.235
Créditos de documentação	4.028.516	2.351.530	2.442.235
Total de passivos contingentes	53.420.355	48.282.016	44.312.567
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	145.958.258	131.706.433	125.876.671
Total de compromissos	145.958.258	131.706.433	125.876.671
Total	199.378.613	179.988.449	170.189.238

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credits*) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$382.255 (2020 - R\$356.226 e 2019 - R\$285.218).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (Nota 2.v).

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Fundos sob gestão	2.770.684	2.716.477	2.034.999
Fundos Administrados	192.927.475	191.873.169	230.199.261
Total	195.698.159	194.589.646	232.234.260

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 37.998.502 (2020 - R\$35.519.498 e 2019 - R\$27.283.548).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2021 Total
Ativo:							
Disponibilidades	15.430.680	1.226.521	-	-	-	-	16.657.201
Instrumentos de dívida	1.612.213	119.780.229	20.352.554	5.834.524	38.904.369	38.728.334	225.212.223
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.527.504	2.527.504
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	80.355.763	2.717.359	1.748.733	10.827.639	15.057	203	95.664.754
Empréstimos e adiantamentos a clientes	70.399.332	82.203.458	84.986.074	152.608.938	31.902.231	42.744.009	464.844.042
Derivativos	-	8.667.809	2.836.098	1.645.538	5.989.792	2.000.686	21.139.923
Total	167.797.988	214.595.376	109.923.459	170.916.639	76.811.449	86.000.736	826.045.647
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos do banco central do Brasil e depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	10.052.363	60.636.478	39.748.331	6.681.493	1.656.909	2.230.335	121.005.909
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	86.051.583	79.687.549	56.178.087	163.641.875	83.326.774	75.201	468.961.069
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	28.052.200	5.038.906	35.844.265	9.341.229	760.192	79.036.792
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	5.552.801	-	14.088.607	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	3.935.498	10.732.613	19.132.399	35.107.790	-	-	68.908.300
Posições vendidas	-	12.780.559	-	-	-	-	12.780.559
Derivativos	641.571	7.239.697	2.503.888	9.117.265	3.773.251	1.343.309	24.618.981
Total	100.681.015	204.681.897	122.601.611	264.481.295	98.098.163	4.409.037	794.953.018
Diferença (ativo e passivo)	67.116.973	9.913.479	(12.678.152)	(93.564.656)	(21.286.714)	81.591.699	31.092.629

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2020 Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	7.373.662	12.775.063	-	-	-	-	20.148.725
Instrumentos de dívida	432.579	13.195.527	33.903.698	64.225.680	70.182.705	48.162.275	230.102.464
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.329.361	2.329.361
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	57.722.384	2.777.562	36.783.150	15.155.444	363.135	48.101	112.849.776
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.385.631	80.281.579	93.750.065	98.550.271	47.160.700	44.639.790	393.768.036
Derivativos	-	14.558.434	1.994.418	4.103.735	1.869.509	3.721.418	26.247.514
Total	94.914.256	123.588.165	166.431.331	182.035.130	119.576.049	98.900.945	785.445.876
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos do banco central do Brasil e depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾							
Depósitos do banco central do Brasil e depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	-	83.922.876	43.315.412	3.764.159	-	654.516	131.656.962
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	85.433.287	139.191.140	121.804.752	62.768.886	36.578.335	37.572	445.813.972
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	8.815.410	18.736.230	28.158.133	747.340	418.401	56.875.514
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	220.425	-	12.899.235	-	-	13.119.660
Outros passivos financeiros	23.352	21.858.532	20.730.398	17.203.162	4.787	2.452	59.822.683
Posições vendidas	-	45.807.946	-	-	-	-	45.807.946
Derivativos	-	2.046.924	1.973.701	5.387.607	7.744.145	12.204.455	29.356.832
Total	85.456.639	301.863.252	206.560.493	130.181.182	45.074.607	13.317.396	782.453.569
Diferença (ativo e passivo)	9.457.617	(178.275.087)	(40.129.162)	51.853.948	74.501.442	85.583.549	2.992.307

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

							2019
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	6.549.535	13.577.829	-	-	-	-	20.127.364
Instrumentos de dívida	7.747.516	1.174.094	22.926.088	45.058.398	35.118.355	61.307.478	173.331.929
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.358.229	2.358.229
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	69.135.371	1.943.291	21.064.571	14.525.161	2.411.265	153.469	109.233.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.451.762	84.839.695	43.180.508	89.624.089	34.092.967	65.510.459	326.699.480
Derivativos	6.806.370	1.893.308	2.649.730	1.921.248	1.950.678	3.599.566	18.820.900
Total	99.690.554	103.428.217	89.820.897	151.128.896	73.573.264	132.929.201	650.571.030
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos do banco central do Brasil e depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾							
	390.626	16.584.181	49.097.816	25.655.631	4.877.076	2.666.086	99.271.415
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	69.048.756	130.872.214	76.244.908	43.395.748	16.923.318	29.654	336.514.597
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	10.675.356	695.071	37.268.809	3.900.484	21.162.755	73.702.474
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital							
	-	170.939	-	10.005.022	-	-	10.175.961
Outros passivos financeiros	10.334	24.360.724	14.509.911	16.678.725	4.717	1.543	55.565.954
Posições vendidas	-	4.748.545	1.554.274	1.256.416	3.747.700	12.528.718	23.835.653
Derivativos	6.776.746	4.345.286	406.383	3.071.989	2.502.040	3.702.699	20.805.143
Total	76.226.462	191.757.244	142.508.362	137.332.340	31.955.334	40.091.454	621.496.030
Diferença (ativo e passivo)	23.464.093	(88.329.028)	(52.687.465)	13.796.556	41.617.931	92.837.747	30.699.834

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2021		2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	10.851.016	-	15.835.124	-	15.359.225	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	2.587.588	21.784.041	27.012.315	7.867.168	3.349.879	3.210.360
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.102.273	-	17.062.156	-	20.386.034	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	70.283.097	86.184.330	52.002.476	118.142.613	68.996.884	44.140.284
Total	100.823.974	107.968.371	111.912.071	126.009.781	108.092.022	47.350.644

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2021	2020	2019
Até 1 Ano	715.576	670.619	651.207
Entre 1 a 5 Anos	1.420.853	1.607.995	1.492.289
Mais de 5 Anos	181.417	171.420	147.125
Total	2.317.846	2.450.034	2.290.621

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$801 (2020 - R\$880 e 2019 - R\$918) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento, reconhecidos como despesas no exercício de 2021, foram no valor de R\$369.482 (2020 - R\$358.656 e 2019 - R\$700.958).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

h) COVID-19

Desde o início da pandemia em 2020 o Banco tem realizado acompanhamento de seus efeitos sobre a qualidade do portfólio de crédito e que possam afetar adversamente seus resultados. Foram implantadas iniciativas estratégicas de forma tempestiva, suficientes para mitigar os impactos frente ao possível cenário de incremento dos eventos de inadimplência por decorrência da pandemia.

Os procedimentos de gestão foram estruturados em linha com as diretrizes e medidas do Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para mitigar os impactos causados pela COVID-19, tais como: (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

O Banco, ciente de suas responsabilidades, promoveu mudanças em políticas de concessão de crédito, alterações de ratings, disponibilização de novos produtos, monitoramento reforçado de segmentos e setores mais impactados e ações de recuperação e cobrança com foco preventivo. Todas essas ações foram realizadas como consequência de alertas identificados pelo constante monitoramento da carteira.

Adicionalmente, foram estabelecidas estratégias para ampliar o atendimento de clientes através de canais digitais de maneira simplificada e assertiva, bem como foram desenvolvidas plataformas de atendimento remotas com ampliação da estrutura de Call Center para melhorar a experiência do cliente.

As operações beneficiadas com aditamentos realizados, de maneira geral, contaram com carência de 60 dias com possibilidade de extensão por mais um mês para os clientes pessoas físicas. No caso de pessoa jurídica, prorrogações foram concedidas com carência de até 6 meses em linha com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Essas medidas possibilitaram a prorrogação de operações em situação regular, com critérios temporários para classificação dos ativos problemáticos e reestruturações, bem como permitiram a manutenção das classificações das operações de crédito, prorrogadas até dezembro de 2020.

Ao longo do período de prorrogações, as ações adotadas pelo beneficiaram 1.728.197 clientes, R\$ 40.592 milhões em crédito prorrogado, equivalente a 9,72% do total da carteira de crédito do ano. Do total de prorrogações expiradas em 31 de dezembro de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2020 de R\$37.538 milhões, R\$ 28.348 milhões estavam no estágio 1, R\$ 6.608 milhões no estágio 2 e 2.567 milhões de reais no estágio 3.

Para fazer frente ao cenário de incertezas e aumento da inadimplência, o Banco constituiu em 2020, uma provisão adicional no valor de R\$3.200.000. Esta provisão foi calculada com base na análise dos potenciais efeitos macroeconômicos e levaram em consideração, indicadores quantitativos e qualitativos, bem como a identificação dos riscos e uma avaliação coletiva das exposições. Ao longo do exercício de 2021, foram realizados acompanhamentos até o término dos períodos de carências e ações de prorrogações com a retomada das operações aditadas ao modelo padrão de gestão de crédito adotado pelo banco. Nesse sentido, foram atualizados os cenários macroeconômicos no processo mensuração das provisões de riscos de crédito, bem como identificado os portfólios de crédito impactados pela pandemia, sendo utilizadas o saldo total de provisões adicionais constituídas em 2020 para absorver a necessidade de incremento das perdas esperadas de crédito.

Para a estimativa da perda esperada o Santander Brasil utiliza informações prospectivas. São considerados três cenários macroeconômicos, sendo cenários Base, Pessimista e Otimista. Para elaboração da metodologia, foram consideradas a evolução de 5 anos dos principais indicadores macroeconômicos a seguir:

Variáveis	Cenários Pessimistas					Cenários Base					Cenários Otimista				
	2021	2022	2023	2024	2025	2021	2022	2023	2024	2025	2021	2022	2023	2024	2025
Taxa de Juros	7,3%	14,3%	13,0%	13,0%	13,0%	7,3%	7,3%	6,5%	6,5%	6,5%	7,3%	5,5%	5,5%	4,0%	4,0%
Desemprego	14,4%	16,3%	18,2%	18,5%	18,2%	14,4%	13,8%	12,9%	12,1%	11,3%	14,4%	11,4%	9,1%	8,5%	7,9%
Preços Habitações	9,0%	2,2%	2,2%	2,1%	2,0%	9,0%	9,2%	9,0%	8,6%	8,3%	9,0%	13,8%	13,4%	12,9%	12,5%
Crescimento do PIB	5,6%	-3,5%	-2,0%	0,2%	0,2%	5,6%	2,7%	2,2%	2,0%	2,0%	5,6%	6,5%	4,0%	4,0%	4,0%
Compromet. de Renda	31,7%	38,2%	38,9%	39,1%	38,9%	31,7%	32,7%	34,6%	35,1%	35,6%	31,7%	29,1%	29,2%	29,3%	29,1%

No processo de estimativa da perda esperada é assignado um peso para cada cenário, sendo atribuído uma maior relevância para o cenário base (80%), ao passo que são atribuídos pesos menores aos cenários pessimista (10%) e otimista (10%). Os pesos atribuídos aos cenários nos últimos 3 anos são os seguintes:

Ponderações	2021	2020	2019
Cenários Pessimista	10%	10%	10%
Cenários Base	80%	80%	80%
Cenários Otimista	10%	10%	10%

44. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais				2021
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco	Banco de		
	Comercial	Atacado	Total	
		Global		
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	46.236.026	5.082.440	51.318.466	
Receitas de instrumentos de patrimônio	10.216	79.824	90.040	
Resultado de equivalência patrimonial	105.403	38.781	144.184	
Receita líquida de tarifas e comissões	13.285.099	1.988.202	15.273.301	
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.433.236)	(347.268)	(1.780.504)	
Outras despesas operacionais (Líquida)	(974.391)	(144.989)	(1.119.380)	
TOTAL DE RECEITAS	57.229.117	6.696.990	63.926.107	
Despesas com pessoal	(8.220.544)	(805.158)	(9.025.702)	
Outras despesas administrativas	(7.697.346)	(593.371)	(8.290.717)	
Depreciação e amortização	(2.342.639)	(91.282)	(2.433.921)	
Provisões (líquidas)	(2.176.774)	(2.643)	(2.179.417)	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.169.630)	56.896	(17.112.734)	
Perdas com outros ativos (líquidas)	(163.935)	(1.864)	(165.799)	
Outros ganhos (perdas) financeiros	32.512	-	32.512	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	19.490.761	5.259.568	24.750.329	
Hedge Cambial (1)	2.511.980	-	2.511.980	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	22.002.741	5.259.568	27.262.309	

Em milhares de Reais				2020
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco	Banco de		
	Comercial	Atacado	Total	
		Global		
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	41.457.352	2.985.361	44.442.713	
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.617	30.137	33.754	
Resultado de equivalência patrimonial	84.051	28.210	112.261	
Receita líquida de tarifas e comissões	14.405.280	1.822.934	16.228.214	
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(13.515.305)	1.812.403	(11.702.902)	
Outras despesas operacionais (Líquida)	(767.088)	(105.422)	(872.510)	
TOTAL DE RECEITAS	41.667.906	6.573.623	48.241.529	
Despesas com pessoal	(8.139.785)	(731.697)	(8.871.482)	
Outras despesas administrativas	(7.634.670)	(608.808)	(8.243.478)	
Depreciação e amortização	(2.488.517)	(90.610)	(2.579.127)	
Provisões (líquidas)	(1.638.787)	(17.759)	(1.656.546)	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.379.570)	(70.619)	(17.450.189)	
Perdas com outros ativos (líquidas)	(28.403)	(56.504)	(84.907)	
Outros ganhos (perdas) financeiros	308.176	-	308.176	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	4.666.350	4.997.625	9.663.975	
Hedge Cambial (1)	13.583.011	-	13.583.011	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	18.249.361	4.997.625	23.246.986	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais				2019
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	42.043.774	2.277.333	44.321.107	
Receitas de instrumentos de patrimônio	4.864	14.069	18.933	
Resultado de equivalência patrimonial	149.488	-	149.488	
Receita líquida de tarifas e comissões	13.923.272	1.789.880	15.713.152	
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.541.343)	1.215.351	(325.992)	
Outras despesas operacionais (Líquida)	(1.069.052)	(38.668)	(1.107.720)	
TOTAL DE RECEITAS	53.511.003	5.257.965	58.768.968	
Despesas com pessoal	(8.554.254)	(773.460)	(9.327.714)	
Outras despesas administrativas	(7.139.828)	(473.984)	(7.613.812)	
Depreciação e amortização	(2.297.010)	(94.847)	(2.391.857)	
Provisões (líquidas)	(3.668.709)	(12.877)	(3.681.586)	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.423.361)	53.455	(13.369.906)	
Perdas com outros ativos (líquidas)	(73.216)	(58.219)	(131.435)	
Outros ganhos (perdas) financeiros	20.489	-	20.489	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	18.375.114	3.898.033	22.273.147	
Hedge Cambial (1)	1.264.279	-	1.264.279	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	19.639.393	3.898.033	23.537.426	

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

2021			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	838.267.118	92.941.277	931.208.396
Empréstimos e adiantamentos a clientes	394.086.048	70.757.994	464.844.042
Depósitos de clientes	344.180.608	124.780.461	468.961.069

2020			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	837.339.314	96.239.065	933.578.379
Empréstimos e adiantamentos a clientes	317.553.409	76.214.628	393.768.037
Depósitos de clientes	322.328.033	123.485.939	445.813.972

2019			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	675.514.634	85.097.984	760.612.618
Empréstimos e adiantamentos a clientes	259.644.994	67.054.486	326.699.480
Depósitos de clientes	253.313.187	83.201.410	336.514.597

45. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2021 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2021, no montante de até R\$433.940, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que foi realizada em 30 de abril de 2021.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Remuneração fixa	96.544	90.889	89.518
Remuneração variável - Em espécie	115.627	83.352	70.816
Remuneração variável - Em ações	94.607	81.306	80.832
Outros (1)	67.883	47.832	46.937
Total Benefícios de curto prazo	374.661	303.379	288.103
Remuneração variável - Em espécie	101.837	98.407	92.704
Remuneração variável - Em ações	109.918	97.729	102.046
Total Benefícios de longo prazo	211.755	196.136	194.750
Total (2)	586.416	499.515	482.853

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$32.086 (2020 - R\$29.162 e 2019 - R\$33.912).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	
	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.374	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.019	99,5%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.529	100,0%
Free Float ⁽²⁾	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	
	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,07%	-	0,0%	2.696	0,04%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	4.092	0,05%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	8.067	0,11%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	7.460.873	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	
	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. GES ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.524	0,1%	9.049	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.133	99,5%	7.465.126	99,5%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,5%	33.404	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.835	100,0%	7.498.530	100,0%
Free Float ⁽²⁾	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Em milhares de Reais	2021		
	Controladora (1)	Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	895.492	3.347	32.135.748
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Derivativos, posição líquida	(3.043.904)	-	(73.209)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(3.043.904)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	241.716
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado ⁽²⁾	-	-	(1.241.109)
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	955.737
FIDC Venda de Veículos	-	-	(29.553)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	3.930.078	850	27.590.541
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽³⁾	3.930.078	-	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	-	48
Santander Bank, National Association	-	-	8.538.165
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	950
Santander Bank Polska S.A. ⁽²⁾	-	-	99
Santander UK plc	-	-	171.920
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	21.123
Banco RCI Brasil S.A.	-	850	-
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	-	-	3
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Getnet S.A.	-	-	18.858.041
Empréstimos e adiantamentos a clientes	109	-	3.570.635
Webmotors S.A.	-	-	21.763
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	109	-	-
Santander Tecnología México, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	169
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	67.511
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	-	9.861
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	191
Getnet S.A.	-	-	3.450.923
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	-	-	38
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	20.034
Outros ativos	9.209	2.497	1.048.039
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	9.209	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.497	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	965.926
Getnet S.A.	-	-	15
Outros	-	-	82.098
Garantias e Limites	-	-	(258)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(258)
Passivo	(25.832.894)	(63.599)	(9.602.791)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Depósitos de instituições de crédito	(11.178.490)	(63.599)	(7.802.709)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(11.178.490)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(63.599)	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(722.222)
Getnet S.A.	-	-	(7.079.955)
Outros	-	-	(532)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(128.593)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(128.593)
Depósitos de clientes	-	-	(828.107)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(63.864)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	(44.141)
Webmotors S.A.	-	-	(3.744)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(562)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(36.097)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(21.725)
Getnet S.A.	-	-	(372.151)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(28.672)
Outros	-	-	(257.151)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(564.786)	-	-
Banco Santander Espanha	(73)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(464.295)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(100.418)	-	-
Outras obrigações	(1.011)	-	(843.382)
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(1.011)	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(12.286)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(28.801)
Getnet S.A.	-	-	(123.863)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(664.264)
Outros	-	-	(14.168)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(14.088.607)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(14.088.607)	-	-

Em milhares de Reais

2020

	Controladora (1)	Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	2.966.012	3.589.575	8.962.950
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Derivativos, posição líquida	(1.326.965)	-	(2.527.296)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(1.326.965)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ⁽²⁾	-	-	(211.154)
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado ⁽²⁾	-	-	(2.316.142)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	4.240.680	3.587.028	10.446.557
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽³⁾	4.240.680	-	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	-	113
Santander Digital Assets, SL	-	-	8.105
Santander Bank, National Association	-	-	10.315.450
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	1.250
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	171
Santander UK plc	-	-	92.703
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	27.993
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.587.028	-
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	-	-	3
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	-	-	45
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	532

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	998.063
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	823.467
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	-	-	57.081
Webmotors S.A.	-	-	18.455
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	-	-	224
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	169
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	66.667
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	-	11.966
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	19.889
Outros ativos	52.297	2.547	34.589
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	52.297	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.547	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	34.589
Garantias e Limites	-	-	11.038
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	11.038
Passivo	(24.084.795)	(226.046)	(1.779.587)
Depósitos de instituições de crédito	(10.456.623)	(226.046)	(37.214)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(10.456.623)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(36.390)
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	-	(824)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(226.046)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(117.368)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(117.368)
Depósitos de clientes	-	-	(869.888)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(64.836)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	(335)
Webmotors S.A.	-	-	(1.411)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(581.543)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(100)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(149.257)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(36.762)
Outros	-	-	(35.644)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(508.491)	-	-
Banco Santander Espanha	(195)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(239.890)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(268.406)	-	-
Outras obrigações	(21)	-	(755.117)
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(21)	-	-
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(95)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(9.373)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(78.686)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(633.276)
Outros	-	-	(33.687)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.119.660)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(13.119.660)	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2019		
	Controladora (1)	Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	5.294.152	4.387.013	874.668
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(763.547)	-	(113.931)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(763.547)	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado ⁽²⁾	-	-	(113.931)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	5.896.120	-	70.261
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽³⁾	5.896.120	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	7.921
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	94
Santander UK plc	-	-	16.701
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	45.545
Empréstimos e adiantamentos a clientes	912	20.367	884.696
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	814.320
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	58.778
Webmotors S.A.	-	20.367	-
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	912	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	169
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	11.284
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	86.638	4.365.518	192
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	86.638	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	4.365.518	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Outros ativos	74.029	1.128	28.476
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	74.029	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.128	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	28.476
Garantias e Limites	-	-	4.974
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	4.974
Passivo	(17.105.753)	(169.103)	(1.529.828)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(42.060)	(167.017)	(20.571)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(42.060)	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado ⁽²⁾	-	-	(20.571)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(167.017)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(89.074)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(89.074)
Depósitos de clientes	-	(2.086)	(1.008.416)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(199.934)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(332.916)
Webmotors S.A.	-	(2.082)	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(404.427)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(16.762)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(36.104)
Outros	-	(4)	(18.273)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(6.874.602)	-	(12.226)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(1.067.623)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(2.177.207)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(3.629.772)	-	-
Banco Madesant ⁽²⁾	-	-	(1.948)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(10.278)
Outras obrigações	(13.130)	-	(399.541)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(13.130)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(7.203)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(5.066)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(21.219)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁵⁾	-	-	(357.249)
Outros	-	-	(8.804)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(10.175.961)	-	-
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽¹⁾	(10.175.961)	-	-

Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se a disponibilidades no valor de R\$ 1.476.611 (31/12/2020 - R\$2.459.371).

(4) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(5) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Em milhares de Reais

	2021		
	Controladora (1)	Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(2.896.127)	37.036	1.622.821
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	7.534	-	77.832
Banco Santander Espanha	7.534	-	-
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	76.004
Pessoal Chave da Administração	-	-	1.828
Garantias e Limites	-	-	45
Pessoal Chave da Administração	-	-	45
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(634.659)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	(1.159)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(2.354)
Webmotors S.A.	-	-	(233)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(6.916)
Getnet S.A.	-	-	(23.448)
Banco Santander (Suisse), S.A	-	-	(1.437)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(594.194)
Outros	-	-	(4.918)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(122.318)	-	(4.652)
Banco Santander – Espanha	(122.318)	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado (1)	-	-	(30.024)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	25.372
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	-	37.036	3.511.120
Banco RCI Brasil S.A.	-	37.036	-
Banco Santander International	-	-	43.375
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	118.324
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	3.200.930
Getnet S.A.	-	-	145.554
Pessoal Chave da Administração	-	-	399
Outros	-	-	2.538
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(2.560.112)	-	(769.218)
Banco Santander, S.A. Espanha	(2.560.112)	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado	-	-	(3.666)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(29.413)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(152.376)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (3)	-	-	310.706
Getnet S.A.	-	-	(881.699)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(13.083)
Outros	-	-	313

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Despesas administrativas e amortização	(221.231)	-	(558.452)
Banco Santander, S.A. Espanha	(221.231)	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(4)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(29.526)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(45.196)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(446.313)
Getnet S.A.	-	-	(2.092)
Outros	-	-	(35.321)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	805
Fundação Sudameris	-	-	805

Em milhares de Reais

		Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas
	Controladora (1)	(2)	(2)
Resultado	(2.164.484)	204.209	1.442.100
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	13.934	185.646	1.485
Banco Santander Espanha	13.934	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	185.646	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	1.485
Garantias e Limites	-	-	61
Pessoal Chave da Administração	-	-	61
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(19.215)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	(5.664)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(1.039)
Webmotors S.A.	-	-	(2)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(7.198)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(4.657)
Outros	-	-	(655)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(569.355)	(6.226)	(15.032)
Banco Santander Espanha	(569.355)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(6.226)	-
SAM Brasil Participações	-	-	(3)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(14.645)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(384)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(2.002)	24.789	3.092.951
Banco Santander Espanha	(2.002)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	24.789	-
Banco Santander International	-	-	45.261
Webmotors S.A.	-	-	223
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	321.008
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.706.398
Pessoal Chave da Administração	-	-	308
Outros	-	-	19.753
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(541.693)	-	(413.101)
Banco Santander, S.A. Espanha	(541.693)	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado	-	-	(396.689)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(4.662)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(17.344)
Pessoal Chave da Administração	-	-	180
Outros	-	-	5.414
Despesas administrativas e amortização	(202.787)	-	(1.354.006)
Banco Santander, S.A. Espanha	(202.787)	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(20)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(52.431)
TECBAN - Tecnologia Bancária Brasil	-	-	(364.349)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(46.813)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(358.364)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(499.514)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros	-	-	(32.515)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(19.630)
Santander Cultural	-	-	(330)
Fundação Santander	-	-	(1.600)
Instituto Escola Brasil	-	-	(700)
Fundação Sudameris	-	-	(17.000)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	168.588
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	168.588
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(862.581)	-	-
Banco Santander Espanha	(862.581)	-	-

Em milhares de Reais

2019

	Controladora (1)	Coligadas e controle em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(1.458.386)	226.141	1.254.022
Receitas com juros e similares - Empréstimos e adiantamentos a clientes	219.060	437.322	630
Pessoal Chave da Administração	-	-	-
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	109.530	218.661	630
Banco Santander Espanha	109.530	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	218.661	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	630
Garantias e Limites	-	-	24
Pessoal Chave da Administração	-	-	24
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(25)	(27.433)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	(16.387)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(3.275)
Webmotors S.A.	-	(25)	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	(7.747)
Outros	-	-	(24)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(174)	(3.375)	(96.579)
Banco Santander – Espanha	(174)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(3.375)	-
SAM Brasil Participações	-	-	(37)
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado	-	-	(67.821)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(27.595)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.126)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	2.310	10.418	2.635.325
Banco Santander – Espanha	2.310	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	10.201	-
Banco Santander International	-	-	35.294
Webmotors S.A.	-	217	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	231.920
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.356.596
Pessoal Chave da Administração	-	-	343
Outros	-	-	11.172
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(724.169)	462	44.858
Banco Santander, S.A. – Espanha	(724.169)	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado	-	-	(598)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(2.297)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	43.858
Pessoal Chave da Administração	-	-	168
Outros	-	462	3.727
Despesas administrativas e amortização	(153.332)	-	(1.283.788)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(153.332)	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(28)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(32.032)
TECBAN - Tecnologia Bancária Brasil	-	-	(345.610)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(49.241)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(336.952)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(482.852)
Outros	-	-	(37.073)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(19.015)
Fundação Santander	-	-	(1.615)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.300)
Fundação Sudameris	-	-	(16.100)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(692.551)	-	-
Banco Santander Espanha	(692.551)	-	-

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

46. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- A. Independência da função de riscos com relação às áreas comerciais.
- B. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.
- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência o Marco definido no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.

O Marco Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas para gestão e controle de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e scorings internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.
- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o seu perfil está adequado ao que foi estabelecido no apetite ao risco.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios e de núcleos de análise e decisão dos créditos de maneira individualizada em Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

Uma estrutura específica é responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

Possui um núcleo denominado ERM-Enterprise Risk management, integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para sua adequada gestão. Fazem parte desta estrutura as áreas de Metodologia (desenvolvimento e parametrização de modelos); Controle de Risco de Crédito; Controle e Performance de Riscos (abrangendo Cultura de Riscos); Gestão Integrada e Relação com Supervisores e Stress Test.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Varejo (Carteirizados, Empresas 3 e GIU- Governos, Instituições e Universidades);
- Gestão estandarizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

O Banco reconhece ajustes para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- valores a receber de arrendamento mercantil;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura os ajustes para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros (exceto valores a receber de arrendamento mercantil) nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

Os ajustes para perdas em valores a receber de arrendamento mercantil são sempre mensurados a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.

- Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa decorrentes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

Determinação de aumentos significativos no risco de crédito

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido às dificuldades financeiras.

Um instrumento financeiro que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de *impairment*.

Apresentação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

As provisões para perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: nenhuma provisão para perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

Mensuração da redução ao valor recuperável ("*impairment*")

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

Reversão da redução ao valor recuperável ("*impairment*")

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de Outros Resultados Abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em Outros Resultados Abrangentes.

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“impairment”)

Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e
- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de estimação de *impairment*

A mensuração da perda por redução ao valor recuperável se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.
- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD - 12 meses (Estágio 1), que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida (Estágios 2 e 3), que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.
- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.
- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

b.3) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

Parâmetros de risco de crédito

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto à redução ao valor recuperável, consideramos as condições dos mutuários, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de fluxo de caixa, qualidade da administração, governança corporativa, qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e nível de liquidez das garantias, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, nós separamos os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito. Em outras palavras, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

Exposição à inadimplência (EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na inadimplência. Modelos desenvolvidos incorporam hipóteses considerando possíveis modificações no cronograma de pagamento.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros. Para fins do IFRS 9, isso considerará tanto os PD-12 meses, que é a probabilidade de o instrumento financeiro entrar em default nos próximos 12 meses, como também a PD vitalícia, que é a probabilidade da transação entrar em default considerando o seu prazo remanescente. Informações futuras de relevância são consideradas necessárias para estimar esses parâmetros, de acordo com o padrão.

Loss Given Default (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default. Depende principalmente das garantias, que são consideradas mitigantes do risco de crédito associadas a cada ativo financeiro, e dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recuperados. De acordo com a norma, as informações prospectivas devem ser levadas em consideração na estimativa.

Taxa de desconto: a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para estimar os parâmetros acima, o Banco aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros tanto para fins regulatórios quanto de gestão.

A tabela demonstrada na nota 9.b, mostra o portfólio pelos níveis internos de rating de risco e sua probabilidade de default.

Em milhares de Reais	2021	2020	2019
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	270.050.934	219.062.744	186.196.849
Entre 1 a 5 anos	160.932.317	147.013.817	117.841.564
Mais de 5 anos	62.371.451	51.745.465	43.218.247
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	493.354.702	417.822.026	347.256.660
Por classificação interna de risco			
Baixo	374.505.211	347.315.357	257.133.115
Médio-baixo	79.216.725	24.277.404	56.549.196
Médio	14.589.977	26.231.871	11.754.806
Médio-alto	9.413.111	3.896.457	8.512.386
Alto	15.629.678	16.100.937	13.307.156
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	493.354.702	417.822.026	347.256.660

As perdas de crédito esperadas, mensuradas através de dados históricos suficientes e disponíveis, são apresentadas abaixo.

	2021		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	247.674.251	6%	50%
Crédito imobiliário - construção	54.738.606	2%	8%
Empréstimos a pessoas físicas	188.408.840	10%	61%
Leasing	2.533.004	2%	31%

	2020		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	191.281.653	5%	41%
Crédito imobiliário - construção	45.791.869	3%	7%
Empréstimos a pessoas físicas	178.652.145	9%	52%
Leasing	2.096.359	1%	31%

	2019		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	145.387.439	7%	40%
Crédito imobiliário - construção	39.720.713	3%	10%
Empréstimos a pessoas físicas	160.036.668	10%	64%
Leasing	2.111.840	2%	41%

b.4) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.5) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

No varejo Pessoa Física, os clientes são sistematicamente revisados por meio de um processo diário de classificação de crédito. Esse processo permite reavaliações na exposição de crédito, permitindo incrementos de exposição para clientes que apresentam boa qualidade de crédito. Em caso de detecção de deterioro no nível de risco, são gerados automaticamente ações para contenção de risco de crédito e ações preventivas.

No caso de gestão individualizada, a detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.6) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.7) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial para ser analisado na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por setor econômico, localidade geográfica/país, grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Vice Presidência Executiva de Riscos do Banco atua juntamente com a Vice Presidência Executiva Estratégica de Finanças na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de garantias para mitigar o risco das empresas, derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.945/2021 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

oportunidades socioambientais relacionados a temas como, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

A mitigação dos riscos socioambientais em financiamentos de grandes projetos é realizada a partir de análises pautadas nas diretrizes dos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciados nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da International Finance Corporation (IFC) e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

b.8) Gestão de Crédito - Principais variações

As tendências observadas em 2021 foram consistentes com as de 2020, onde em um cenário econômico desafiador. O Banco conseguiu preservar a boa qualidade dos negócios e não apresentar grandes variações em seu índice de inadimplência. Em dezembro de 2021, esse índice era de 5,46% ante 5,55%, 31 de dezembro de 2020 e 6,75% em 31 de dezembro de 2019.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2021	2020	2019
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	540.872.632	466.104.042	391.569.227
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	493.354.702	417.822.026	347.256.660
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 43.a)	47.517.931	48.282.016	44.312.567
Índice de empréstimos inadimplentes (%) - não auditado	5,46%	5,55%	6,75%
Índice de cobertura <i>impairment</i> (perda do valor recuperável) (%) - não auditado	110,40%	110,64%	96,58%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais) - não auditado	29.723.376	25.640.488	22.625.750
Custo do crédito (% do risco) - não auditado	3,73%	4,35%	3,93%

Dados preparados com base em critérios de gestão e critérios de contabilidade da unidade controladora.

(*) RAWO = Recuperações de Ativos Desconhecidos.

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2020, 2019 e 2018. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

	2021					
	Em milhões de Reais					
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	3.122	3.122
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.122	3.122
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	5.573	4.205	5.128	17.846	12.447	45.199
Instrumentos de Dívida	355	858	2.358	10.267	9.963	23.801
Instrumentos de Patrimônio	21	1	8	11	3	44
Derivativos	5.197	3.346	2.762	7.568	2.481	21.354
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	54.053	1.012	4.779	59.267	32.808	151.919
Instrumentos de Dívida	54.053	1.012	4.779	59.267	32.808	151.919
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	135.081	131.966	96.793	178.655	102.292	644.787
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	73.293	1.479	2.255	2.616	-	79.643
Empréstimos e adiantamentos a clientes	60.735	128.631	71.041	158.933	94.368	513.708
Instrumentos de dívida	1.053	1.856	23.497	17.106	7.924	51.436
Total	194.707	137.183	106.700	255.768	150.669	845.027
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	18.955	2.564	2.191	11.196	2.703	37.609
Derivativos	6.174	2.564	2.191	11.196	2.703	24.828
Posições vendidas	12.781	-	-	-	-	12.781
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	309.659	116.052	108.718	180.572	31.897	746.898
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	43.414	48.359	27.340	11.415	4.035	134.563
Depósitos de clientes	260.711	50.470	70.403	110.290	24	491.898

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.534	17.223	10.975	58.867	8.334	100.933
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.504	19.504
Total	328.614	118.616	110.909	191.768	34.600	784.507

							2020
							Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Ativos Remunerados:							
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	153	50	250	1.747	2.200	
Instrumentos de Dívida	-	153	50	250	1.747	2.200	
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	-	-	
Derivativos	-	-	-	-	-	-	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	15.635	18.487	4.867	57.091	17.707	113.788	
Instrumentos de Dívida	3.480	11.789	3.150	47.287	14.078	79.784	
Instrumentos de Patrimônio	1.164	-	-	-	-	1.164	
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840	
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	439	-	-	-	-	439	
Instrumentos de Dívida	439	-	-	-	-	439	
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	3.455	3.625	12.177	63.651	22.430	105.339	
Instrumentos de Dívida	3.383	3.625	12.177	63.651	22.430	105.267	
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72	
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	50.776	130.066	55.339	152.438	63.844	452.462	
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	25.201	39.879	2.765	3.799	-	71.644	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25.490	88.071	50.829	134.805	61.795	360.990	
Instrumentos de dívida	85	2.117	1.745	13.833	2.049	19.828	
Total	70.305	152.331	72.433	273.429	105.728	674.227	

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.424
Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270
Posições vendidas	45.153	-	-	-	-	45.153
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	174.848	100.497	91.433	131.589	16.667	515.035
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	4.007	32.846	22.603	7.891	3.031	70.379
Depósitos de clientes	163.297	44.035	61.293	98.867	203	367.694

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.544	23.616	7.537	24.832	313	63.841
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	230.161	108.376	93.521	144.218	20.182	596.458

2019

Em milhões de Reais

Posição de Contas Sujeitas a

Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
	3.891	1.091	737	8.444	4.446	18.609
Instrumentos de Dívida	-	3	140	188	889	1.220
Instrumentos de Patrimônio	171	-	-	-	-	171
Derivativos	3.720	1.088	597	8.256	3.557	17.218
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado						
	4.261	802	3.981	16.737	7.075	32.856
Instrumentos de Dívida	2.232	802	3.981	16.737	7.075	30.827
Instrumentos de Patrimônio	2.029	-	-	-	-	2.029
Investimentos Mantidos até o Vencimento						
	98	96	280	3.679	3.981	8.134
Reservas no Banco Central	69.663	-	-	-	-	69.663
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado						
	28.416	75.794	51.603	112.467	54.815	323.095
Total	106.329	77.783	56.601	141.327	70.317	452.357

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	224.610	62.181	69.277	70.882	2.556	429.506
Dívidas subordinadas	-	-	-	10.077	-	10.077
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.677	25.781	19.125	28.134	3.475	80.192
Derivativos	4.597	1.621	1.074	9.119	3.828	20.239
Posições vendidas	23.501	-	-	-	-	23.501
Total	256.385	89.583	89.476	118.212	9.859	563.515

Risco de Moeda

2021

Em milhões de Reais

Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	114.021	1.337	5.163	120.521
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.529	2.218	608	8.355
Derivativos	289.245	14.190	8.011	311.446
Outros	1.251	-	-	1.251
Total	410.046	17.745	13.782	441.573

Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	80.991	2.194	2.130	85.315
Derivativos	225.554	14.279	8.631	248.464

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros	105.570	1.220	2.912	109.702
Total	412.115	17.711	13.673	443.480

2020
Em milhões de Reais

Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	42.860	1.870	569	45.299
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.803	3.187	1.140	10.130
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	57.914	215	-	58.129
Derivativos	125.495	10.451	2.795	138.741
Outros	25.866	-	-	25.866
Total	257.938	15.723	4.504	278.165
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	61.173	384	-	61.557
Derivativos	147.911	14.449	2.854	165.214
Outros	39.972	219	437	40.629
Total	249.056	15.052	3.291	267.400

2019
Em milhões de Reais

Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	12.406	224	1	12.631
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	4.776	1.920	-	6.696
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	50.193	3.557	-	53.750
Derivativos	150.538	13.053	9.712	173.303
Outros	10.521	574	-	11.095
Total	228.434	19.328	9.713	257.475
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	59.416	925	49	60.390
Derivativos	169.136	20.184	8.515	197.835
Outros	-	60	1.009	1.069
Total	228.552	21.169	9.573	259.294

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

O Banco Santander calcula requerimento mínimo de capital por riscos de mercado utilizando o modelo interno desde a aprovação pelo Bacen em maio de 2018.

A metodologia-padrão de mensuração e controle de riscos de mercado aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2021, 2020 e 2019 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida disponível para apuração do risco a qual uma instituição está exposta. Ele é utilizado pela sua facilidade de entendimento, cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras métricas e metodologias também são utilizadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitam a obtenção um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor de mercado atual das posições, com base nos retornos obtidos nos dois últimos anos e com um grau de certeza estatística (nível de confiança) e para um horizonte temporal definido.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade soma os vetores de retorno do VAR com os vetores de retorno do EaR, resultando o vetor total de retornos. A composição é feita considerando na métrica do EaR as perdas na margem financeira que ocorrem entre o momento inicial (data de referência) e o *holding period* da carteira de não-negociação. As perdas em valor econômico têm em consideração o impacto nas posições vencidas após o *holding period*.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo, segmento do cliente e tipo de produto. É calculado mensalmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e concentração por segmentos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$78,6 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2019, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito a prazo e a manutenção de estoque de letras financeiras.

	Em milhões de Reais					
	2021			2020		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	39.574	39.574	100%	35.550	35.550	100%
Depósito Poupança	65.220	65.220	100%	62.210	62.210	100%
Depósito a Prazo	92.496	308.950	30%	77.298	279.778	28%
Depósito Interfinanceiros	763	4.001	19%	818	5.145	16%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.621	88.089	6%	7.544	70.628	11%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	90.709	0%	3.189	67.760	5%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.641	0%	-	13.120	0%
Total	203.674	616.184	33%	186.609	534.191	100%

	Em milhões de Reais		
	2019		
	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	29.524	29.524	100%
Depósito Poupança	49.040	49.040	100%
Depósito a Prazo	53.321	190.344	28%
Depósito Interfinanceiros	871	4.299	20%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.921	85.963	5%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.077	54.880	9%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	10.175	0%
Total	141.754	424.225	33%

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	2021					Total
	Em milhões de Reais					
	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	3.122	3.122
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.122	3.122
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	5.573	4.197	5.031	16.365	8.023	39.191
Instrumentos de Dívida	355	850	2.261	8.786	5.539	17.791
Instrumentos de Patrimônio	21	1	8	11	3	44
Derivativos	5.197	3.346	2.762	7.568	2.481	21.354
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	54.012	1.007	4.690	50.092	15.833	125.635

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida	54.012	1.007	4.690	50.092	15.833	125.634
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	109.330	98.848	78.187	172.736	78.053	537.155
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	73.290	1.464	2.041	2.313	-	79.108
Empréstimos e adiantamentos a clientes	34.989	94.872	55.118	150.204	76.554	411.737
Instrumentos de dívida	1.051	2.512	21.028	20.219	1.499	46.309
Total	168.915	104.053	87.907	239.194	105.032	705.102

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	18.955	2.564	2.191	11.196	2.703	37.609
Derivativos	6.174	2.564	2.191	11.196	2.703	24.828
Posições Vendidas	12.781	-	-	-	-	12.781
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	289.743	106.358	102.585	165.145	25.366	689.197
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	33.714	46.465	25.626	10.610	2.742	119.157
Depósitos de clientes	252.070	48.364	67.467	105.690	23	473.614
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.959	11.529	9.492	48.845	3.097	76.922
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.504	19.504
Total	308.698	108.922	104.776	176.341	28.069	726.806

2020

Em milhões de Reais

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
--	----------------	------------------	-------------------	---------------	-----------------	-------

Ativos Remunerados:

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	174	98	667	2.900	3.839
Instrumentos de Dívida	-	174	98	667	2.900	3.839
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	16.028	19.211	5.763	63.618	25.489	130.108
Instrumentos de Dívida	3.873	12.513	4.046	53.814	21.859	96.104
Instrumentos de Patrimônio	1.164	-	-	-	-	1.164
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	439	-	-	-	-	439
Instrumentos de Patrimônio	439	-	-	-	-	439
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	5.000	3.874	13.850	75.849	35.538	134.110
Instrumentos de Dívida	4.928	3.874	13.850	75.849	35.538	134.038
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	53.147	145.280	69.004	208.295	135.783	611.509

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	24.638	40.579	2.901	4.205	-	72.324
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.424	102.379	64.194	188.430	135.987	519.415
Instrumentos de dívida	85	2.321	1.909	15.660	(205)	19.771
Total	74.615	168.538	88.715	348.429	199.709	880.005

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.424
Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270
Posições Vendidas	45.153					45.153
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	176.223	101.111	93.103	145.931	16.471	532.838
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	3.707	33.039	22.860	8.014	2.802	70.421
Depósitos de clientes	165.171	44.571	62.606	110.809	215	383.372
Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.345	23.502	7.637	27.109	333	65.925
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	463.072	217.979	190.382	317.119	39.972	1.228.525

2019

Em milhões de Reais

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
--	----------------	------------------	-------------------	---------------	-----------------	-------

Ativos Remunerados:

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.766	1.103	802	8.894	6.157	20.722
Instrumentos de Dívida	46	15	205	638	2.600	3.504
Derivativos	3.720	1.088	597	8.256	3.557	17.218
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	2.642	1.160	4.853	23.638	15.502	47.795
Instrumentos de Dívida	2.642	1.160	4.853	23.638	15.502	47.795
Investimentos Mantidos até o Vencimento	99	111	327	4.066	6.030	10.633
Reservas no Banco Central	69.663	-	-	-	-	69.663
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	32.417	89.335	65.395	159.615	110.607	457.369
Total	108.587	91.709	71.377	196.213	138.296	606.182

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	218.883	61.461	71.953	79.666	2.660	434.623
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	12.673	-	12.673
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.697	26.096	19.829	31.407	4.628	85.657
Derivativos	4.597	1.621	1.074	9.119	3.828	20.239
Posições vendidas	23.501	-	-	-	-	23.501
Total	250.678	89.178	92.856	132.865	11.116	576.693

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e impacto de liquidez.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período mínimo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e "sujos" (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *back-testing* realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de *Spearman*, medidas de excesso médio, etc. Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2021

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2021 ficou em R\$34,5 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2021, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, foi de R\$553 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Também no encerramento de 2021, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, foi de R\$1.675 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou em R\$121 milhões entre 2021 e 2020, tendo atingido o máximo de R\$607 milhões em junho de 2021. A sensibilidade de valor diminuiu em R\$ 96 milhões durante o ano de 2021, obtendo o nível máximo de R\$1.882 milhões em setembro de 2021. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2021 e influenciaram nas sensibilidades foram a queda da curva de juros (efeito convexidade), decaimento da carteira e atualização das metodologias implícitas sobre os fluxos de caixa dos produtos do Banco Santander.

Em milhões de Reais	2021	2020	2019
Sensibilidades			
Margem Financeira	553	432	334
Valor Patrimonial	1.675	1.771	2.063
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	791	1.365	1.755

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas conforme o modelo de negócio de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de Reais		2021		
Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(4.943)	(108.670)	(217.339)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(550)	(7.132)	(14.265)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.564)	(34.407)	(68.815)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.270)	(19.539)	(39.077)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.127)	(1.900)	(3.801)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(426)	(10.658)	(21.315)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(5.218)	(6.018)	(12.035)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.553)	(38.814)	(77.629)
Commodities	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities)	(1.184)	(29.609)	(59.217)
Total ⁽¹⁾		(25.835)	(256.747)	(513.493)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais

2021

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(48.956)	(1.673.128)	(3.756.544)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(6.413)	(97.524)	(145.711)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(34.286)	(455.628)	(838.652)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(13.530)	(60.291)	(117.298)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.891)	(7.770)	(15.642)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Negociados no Mercado Internacional	(31.456)	(78.782)	(161.417)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	560	13.995	27.989
Total (1)		(137.972)	(2.359.128)	(5.007.275)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

e) Estrutura Independente

A área de Risco Operacional & Controle Interno, subordinada a Vice-Presidência Executiva de Riscos atua de forma independente como segunda linha de defesa, apoiando e desafiando a primeira linha de defesa. Possui diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais instruções Corporativas aplicáveis localmente para Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de inadequação ou falha de processos, operacional, sistemas, ou por eventos externos. Além disso, o Conselho da Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência (PR) referente ao Risco Operacional.

e.1) Riscos Operacionais & Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais.

Adicionalmente, a área de Risco Operacional & Controle Interno atua na prevenção aos Riscos Operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de Controles Internos, atendendo aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Basileia, resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission –Internal Control– Integrated Framework 2013.

Modelo de Controle e Gestão

O Santander Brasil implementou o Modelo baseado em linhas de defesa que visa a melhora e desenvolvimento contínuo da gestão e controle dos riscos operacionais, assegurando que as estruturas possam avaliar, monitorar, controlar, mitigar, reportar e reduzir os riscos e perdas a que estão expostas.

Nas atribuições desse modelo inclui-se a realização de atividades para a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte do Risco Operacional. Assim, distintas análises e acompanhamentos são realizados e reportados. A seguir, são apresentados os principais instrumentos que integram o Modelo de Controle e Gestão de Riscos Operacionais:

- Definição do apetite de Risco Operacional;
- Captura e avaliação de eventos de perdas (internas e externas);
- Treinamento, Comunicação e Cultura;
- Avaliação de produtos e serviços;
- Autoavaliação de riscos operacionais;
- Análise de Cenários;
- Indicadores de Riscos e Controles;
- Controles Internos.

Governança do Modelo

O Modelo conta com a aprovação do Comitê Executivo de Riscos e aprovação pelo Conselho de Administração, integrando à estrutura e responsabilidade de Governança Corporativa da Organização. Periodicamente, os assuntos relevantes de Riscos Operacionais são comunicados à Alta Administração para ciência e deliberações.

Como parte do sistema de Governança de Riscos, também está implantado o Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) cujo objetivo é deliberar para os Risk Pro Officers (RPO), da 1ª Linha de Defesa as políticas, processos, procedimentos, estratégia e decisões sobre os temas a serem aplicados nas unidades de negócio, e possui periodicidade bimestral.

Para assegurar um processo estruturado da divulgação da cultura da gestão e controle de Riscos Operacionais, os temas relevantes são tratados em Comitês e Fóruns específicos.

e.2) Atribuições da área de Riscos Operacionais e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno atua como segunda linha de defesa no modelo do Banco Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basileia, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Exerce o controle e desafio das atividades desempenhadas pela primeira linha de defesa, contribuindo para o seu fortalecimento, vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos. A seguir são apresentadas as principais atribuições:

- Disseminar a cultura orientada à gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por Risco Operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional.
- Aprimorar a análise dos riscos para reduzir, consolidar e priorizar ações de mitigação.
- Manter a dinâmica e controle da exposição de riscos operacionais em linha com o apetite ao risco.
- Estabelecer os papéis e responsabilidades, com acompanhamento junto aos responsáveis nas linhas de defesa.
- Assegurar a continuidade dos negócios e fortalecer o ambiente de Controles Internos.
- Fornecer adequado nível de cobertura nas unidades de negócio.
- Fornecer o apoio para as decisões estratégicas da Organização, baseadas no perfil integrado de Riscos Operacionais e tendências emergentes.
- Implementar as melhores práticas para gestão e controle de riscos operacionais nas 1ª e 2ª Linhas de Defesa.
- Identificar o perfil de Risco Operacional da Organização.
- Proporcionar o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e o aprofundamento da cultura de responsabilidade pelos Riscos Operacionais e Controles Internos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais. Dentre os presenciais destacamos a realização dos treinamentos voltados ao aumento de cultura da gestão de Riscos Operacionais, Controles Internos, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander Brasil atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas.
- Desenvolvimento de Indicadores chaves que possuem o objetivo de monitorar os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de defesa com o "ORM - Operational Risk management" Networks: "RPO-Risk Pro Officer", cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria Executiva, o "RPA-Risk Pro Agent" que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e "Auxiliar de Riscos Operacionais" abrangendo o perímetro de RO e "Especialistas" para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

e.4) Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra a estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para a Administração por meio do Comitê Integrado de Riscos Operacionais (FSCIRO) e Reunião de RO, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos, preventivos e respectivo acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

f) Risco de Reputação

f.1) Risco de Reputação

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

f.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

f.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Ética e *Compliance*, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente por diferentes áreas técnicas, assegurando o mapeamento multidisciplinar dos riscos, e para posterior aprovação pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação, os novos produtos e serviços são objeto de monitoramento e testes para mitigar eventuais riscos de conduta na comercialização.

g) Adequação ao Arcabouço de Regulamentação Prudencial

O Santander Brasil possui gerenciamento integrado de riscos e capital para o processo de tomada de decisão, respeitando as diretrizes da Resolução BCB nº 4.557. Esse processo contribui para a otimização e eficiência na utilização do capital em suas operações, considerando os objetivos da Instituição com relação aos índices de capital e o retorno aos acionistas.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS - Basel Committee on Banking Supervision) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Alinhado a essa perspectiva, o Santander Brasil investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de capital, em conformidade com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

A gestão do capital da Instituição consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes do Conglomerado. Considera a avaliação do capital necessário para suportar os riscos de Pilar 1 (crédito, mercado e operacional); desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional para os riscos de Pilar 2; processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP); projeção e monitoramento dos índices de capital; elaboração do plano de capital e do plano de contingência; elaboração do plano de recuperação; testes de estresse; e laboração do relatório trimestral de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3.

g.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é uma etapa importante do ciclo de vida de um modelo, além de ser um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão na implantação de Basileia II. Uma equipe especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle dos riscos estão adequados à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

Adicionalmente, a área de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, pois, a área de validação interna é responsável pelo fornecimento de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

O âmbito de Validação Interna no Banco Santander engloba principalmente os modelos de riscos de Crédito, Compliance Operacional, Mercado, ALM, Pricing, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relacionados ao exercício do ICAAP. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, reporting, uso, envolvimento da gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados aos processos regulatórios e de gestão de riscos.

Dentre as principais funções da área de Validação Interna de Modelos se destacam as seguintes:

- i. Estabelecer os princípios gerais de validação, conduzindo um processo independente de avaliação incluindo (I) qualidade dos dados, (II) fundamentos metodológicos, (III) entorno tecnológico, (IV) performance e (V) uso e governança;
- ii. Emitir um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade; e
- iii. Fornecer suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, através de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

É importante notar que a função de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação independente para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia, pelo supervisor europeu 'home regulator' (Banco de Espanha e Banco Central Europeu) e pelo Banco Central do Brasil, cumprindo o que se estabelece na Circular 3.648 de 4 de março de 2013 (Capítulo III), na Carta-Circular 3.565 de 6 de setembro de 2012, Circular 3.547 de julho de 2011 e Circ. 3648 IRB e 3646 IMA de 4/3/13, as Res. 4.277 de 31/10/13 e 4389 de 18/12/14 sobre apreçamento/fair value, Res. 4557 de 23/02/17 GIR e Circ. 3876 de 31/01/18 IRRBB. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre Validação Interna e Auditoria Interna, que é a última camada de validação do controle do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de autonomia efetiva. Auditoria Interna (terceira linha de defesa), na função de última instância de controle existente no Grupo, deve (i) avaliar periodicamente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e (ii) confirmar que os mesmos estejam efetivamente implantados na gestão.

g.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de *rating* assim como as expectativas dos investidores.

h) Capital Econômico

h.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

h.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basileia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital Tipo de Risco	2021	2020	2019
	Nova Metodologia	Nova Metodologia	Nova Metodologia
Crédito	62%	69%	71%
Mercado	2%	2%	2%
ALM	6%	2%	5%
Negócio	7%	3%	3%
Operacional	7%	6%	7%
Imobilizado	1%	2%	2%
Intangíveis	5%	5%	1%
Fundos de Pensão	1%	2%	4%
Ativos Fiscais	9%	9%	5%
Total	100%	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- *Rating* de contraparte.
- Vencimento.
- Garantias.
- Natureza do financiamento.

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

47. Eventos Subsequentes

Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 4 de janeiro de 2022, diante do cumprimento das condições suspensivas aplicáveis, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") formalizaram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), o fechamento da operação decorrente do acordo de investimentos e outras avenças, formalizado em 15 de junho de 2021 ("Fechamento"). Como consequência do Fechamento, a Toro Investimentos passou a deter 100% do capital social da Monetus. A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender os clientes da melhor forma.

Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 4 de janeiro de 2022, diante do cumprimento das condições suspensivas aplicáveis, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") formalizaram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), o fechamento da operação decorrente do acordo de investimentos e outras avenças, formalizado em 15 de junho de 2021 ("Fechamento"). Como consequência do Fechamento, a Toro Investimentos passou a deter 100% do capital social da Mobills. Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro.

Aquisição de Participação Societária CSD Central de Serviços de Registro e Depósitos aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores – dentre eles o Banco BTG Pactual S.A. e CBOE III, LLC – formalizou, junto à CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis. Após a implementação destas condições e com o fechamento da Operação, a participação societária da Santander Corretora na CSD BR será de 20% (vinte por cento).

Deliberação de Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas em 2022 e 2023 respectivamente, de distribuição de Dividendos Intercalares, no montante de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), com base no lucro do exercício apurado até o balanço de 31 de dezembro de 2021 e Juros sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 10 de fevereiro de 2022 (inclusive). Dessa forma, a partir de 11 de fevereiro de 2022 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Dividendos e Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 04 de março de 2022. Os Dividendos serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2021 e os Juros Sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária para ambos. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO - BRGAAP X IFRS

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2021	2020	2019
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BRGAAP		78.739.563	78.968.183	69.773.232
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	i	(103.386)	(882)	8.767
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de resultados abrangentes	j	182.094	(522.107)	73.431
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados a custo amortizado	a	(1.468.494)	(635.194)	(23.589)
Remensurações, Instrumentos de dívida, em função de reclassificações IFRS 9		-	907	-
Transferências de categoria - IFRS 9	b	(141.260)	357.972	(206.984)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	1.549.438	1.324.853	1.197.325
Reversão da amortização do ágio	d	26.709.187	27.527.699	26.933.892
Realização dos ajustes do preço de compra	e	603.544	615.953	477.366
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	f	-	-	112.052
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	g	(763.988)	(1.744.336)	(1.816.799)
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	h	(179.387)	(209.285)	(239.182)
Crédito tributário com realização acima de 10 anos		-	-	184.005
Outros		512.835	93.224	177.064
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		105.640.146	105.776.987	96.650.580
Participações não-controladoras em IFRS		334.349	312.885	558.581
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		105.974.495	106.089.872	97.209.161

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2021	2020	2019
Lucro líquido atribuído à Controladora em BRGAAP		14.987.716	13.469.380	14.180.987
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	i	(83.995)	(27.428)	422
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes	j	45.826	68.960	451
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	a	(1.028.937)	(498.778)	1.872.553
Remensurações, Instrumentos de dívida, em função de reclassificações IFRS 9		-	907	(16.659)
Transferências de categoria - IFRS 9	b	126.520	(78.057)	6.437
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	215.525	185.478	346.298
Reversão da amortização do ágio	d	29.658	145.903	175.257
Realização dos ajustes do preço de compra	e	(17.758)	(5.348)	(153.752)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	g	1.180.949	318.929	-
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	h	29.898	29.898	29.898
Crédito tributário com realização acima de 10 anos		-	(184.005)	(75.995)
Outros		42.648	(7.311)	41.035
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		15.528.051	13.418.528	16.406.932
Participações não-controladoras em IFRS		31.272	32.224	224.518
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		15.559.323	13.450.752	16.631.450

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados a custo amortizado

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurada com base nos critérios descritos na nota de prática contábil e de conformidade com o previsto pelo IFRS 9. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa os limites regulatórios definidos pelo Banco Central (Bacen), além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas, que para fins de IFRS considera outros ativos além daqueles previstos pelo Bacen.

b) Categorias de ativos financeiros

Conforme detalhado na nota de práticas contábeis, o IFRS 9 prevê a definição dos modelos de negócio associados a cada portfólio, bem como a realização do teste de SPPI – se os retornos daquele ativo são exclusivamente principal e juros, para a classificação nas categorias de ativos financeiros. O BRGAAP prevê certas diferenças na categorização desses ativos financeiros, bem como estabelece como indicador a intenção da Administração para que a classificação seja efetuada. Os critérios para reclassificação entre categorias também são distintos entre as duas práticas contábeis.

c) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva

Segundo o IFRS, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes, que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

d) Reversão da amortização do ágio

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recurso futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 – Imposto sobre a renda, relativo as diferenças temporárias.

e) Realização dos ajustes do preço de compra

Como parte da alocação do preço de compra em aquisições de entidade, substancialmente, na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”. O Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida ao valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente à apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos ao valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.

f) Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas

Segundo o IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, na alienação parcial de uma participação permanente quando se perde o controle, a parcela remanescente é reprecificada ao seu valor justo, sendo o efeito desta atualização reconhecido em resultado. Segundo o BRGAAP, neste tipo de operação, a participação permanente é mantida pelo seu valor contábil.

g) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões e R\$67 milhões respectivamente. Subsequentemente, as opções foram atualizadas, tendo seu efeito reconhecido em resultado. Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A. Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A., pelo valor total de R\$1,6 bilhão, a ser pago na data de fechamento da Operação. Em 30 de janeiro de 2020, foi alterado o nome do Banco Olé de Banco Olé Bonsucesso

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Consignado S.A. para Banco Olé Cosignado S.A. Em 31 de janeiro de 2020, O Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$ 1.608.772.783,47. Como resultado, o Banco se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de março de 2021 foi aprovada a Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet cujo os efeitos estão mencionados na nota explicativa 27.a.

h) Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)

Segundo o IFRS 3 "Combinações de Negócios", quando a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deverá considerar esse valor como redução do seu patrimônio líquido. Segundo o BRGAAP, esse montante deve ser registrado no ativo como ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

i) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado", visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (*accounting mismatch*) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com estes ativos/passivos em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a "valor justo através do resultado", como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

j) Reclassificação de instrumentos financeiros para ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, títulos de dívida inicialmente mensurados ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, os títulos de dívida foram reclassificados para categoria "negociação" com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado estes investimentos como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes, mensurando-os ao valor justo com os efeitos desta marcação sendo reconhecidos nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", cumprindo com o determinado pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", que não permite a reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

	2021		2020		2019	
Em milhares de Reais						
Receitas com juros e similares	77.987.308		62.774.940		72.841.060	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	15.273.301		16.228.214		15.713.152	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.112.734)		(17.450.188)		(13.369.905)	
Outras Receitas e Despesas	(3.843.999)		(5.012.403)		(4.025.384)	
Despesas com juros e similares	(28.885.478)		(18.332.228)		(28.519.953)	
Insumos de Terceiros	(8.078.399)		(7.946.539)		(7.544.695)	
Material, Energia e Outros	(713.400)		(641.831)		(659.656)	
Serviços de Terceiros	(6.231.129)		(6.424.755)		(6.047.498)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(165.799)		(84.908)		(131.435)	
Outros	(968.071)		(795.045)		(706.106)	
Valor Adicionado Bruto	35.339.999		30.261.796		35.094.275	
Retenções						
Depreciações e Amortizações	(2.433.921)		(2.579.127)		(2.391.857)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	32.906.078		27.682.669		32.702.418	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	144.184		112.261		149.488	
Valor Adicionado Total a Distribuir	33.050.262		27.794.930		32.851.906	
Distribuição do Valor Adicionado						
Pessoal	8.045.893	24,3%	7.943.711	28,6%	8.457.212	25,7%
Remuneração	5.929.439		5.749.669		5.961.765	
Benefícios	1.593.386		1.514.611		1.637.099	
FGTS	431.249		448.457		502.173	
Outras	91.819		230.974		356.175	
Impostos, Taxas e Contribuições	9.269.368	28,0%	6.298.717	22,7%	7.674.704	23,4%
Federais	8.332.994		10.088.318		6.571.450	
Estaduais	813		(830.771)		54	
Municipais	935.561		(2.958.830)		1.103.200	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	175.677	0,5%	101.749	0,4%	88.540	0,3%
Remuneração de Capitais Próprios	15.559.324	47,1%	13.450.753	48,4%	16.631.450	50,6%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	9.649.000		3.837.085		10.800.000	
Reinvestimentos de Lucros	5.879.052		9.581.444		5.606.932	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	31.272		32.224		224.518	
Total	33.050.262	100,0%	27.794.930	100,0%	32.851.906	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*).

1) Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,06%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Santander para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 9,00% a.a. no encerramento de 2023.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R\$5,44/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,00/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R\$5,58/US\$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,70/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano e; 2) aumento dos casos de coronavírus em virtude da nova variante *ômicron* (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

2) Desempenho

2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros (2)	51.318,5	44.442,7	15,5	13.714,9	13.393,4	2,4
Receitas de instrumentos de patrimônio	90,0	33,8	166,3	63,3	12,5	406,4
Resultado de equivalência patrimonial	144,2	112,3	28,4	34,7	32,9	5,5
Tarifas e Comissões (líquidas)	15.273,3	16.228,2	(5,9)	3.821,3	3.652,3	4,6
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(1.780,5)	(11.702,9)	(84,8)	(1.261,3)	(2.679,2)	(52,9)
Outras despesas operacionais (líquidas)	(1.119,4)	(872,5)	28,3	(473,7)	(198,4)	138,8
Total de Receitas	63.926,1	48.241,5	32,5	15.899,2	14.213,5	11,9
Despesas administrativas e pessoal	(17.316,4)	(17.115,0)	1,2	(4.731,9)	(4.377,4)	8,1
Depreciação e amortização	(2.433,9)	(2.579,1)	(5,6)	(604,8)	(573,3)	5,5
Provisões (líquidas)	(2.179,4)	(1.656,5)	31,6	(845,9)	(566,4)	49,3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(17.278,6)	(17.535,1)	(1,5)	(4.565,0)	(4.790,3)	(4,7)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	(15,1)	230,7	(106,5)	23,2	(78,8)	(129,4)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	47,6	77,5	(38,6)	(6,8)	15,3	(144,4)
Resultado Operacional Antes da Tributação ⁽¹⁾	24.750,3	9.664,0	156,1	5.168,0	3.842,5	34,5
Impostos sobre a renda	(9.191,0)	3.786,8	(342,7)	(1.540,4)	16,7	(9.324,0)
Lucro Líquido Consolidado	15.559,3	13.450,8	15,7	3.627,7	3.859,2	(6,0)

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, abaixo estão apresentados o Resultado Operacional Antes da Tributação e Imposto sobre a Renda, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Resultado Operacional Antes da Tributação	24.750,3	9.664,0	156,1	5.168,1	3.842,5	34,5
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	2.236,9	13.271,2	(83,1)	782,2	2.247,1	(65,2)
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	275,1	311,8	(11,8)	107,7	300,8	(64,2)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	27.262,3	23.247,0	17,3	6.058,0	6.390,4	(5,2)

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Imposto sobre a Renda	(9.191,0)	3.786,8	(342,7)	(1.540,4)	16,7	(9.323,8)
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	(2.236,9)	(13.271,2)	(83,1)	(782,2)	(2.247,1)	(65,2)
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	(275,1)	(311,8)	(11,8)	(107,7)	(300,8)	(64,2)
Imposto sobre a Renda ajustado	(11.703,0)	(9.796,2)	19,5	(2.430,3)	(2.531,2)	(4,0)

O Banco Santander vem demonstrando uma evolução consistente na rentabilidade. Essa performance está suportada pelo crescimento da base de clientes, atingindo recorde histórico na conquista, e principalmente pela maior vinculação destes clientes com o banco e pelo aumento da transacionalidade.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 14,67% no exercício, queda de 3,44 p.p. comparado ao mesmo período de 2020.

2.1.1) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN, LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Varição Cambial	3.862,1	16.791,9	(77,0)	1.426,0	4.380,5	(67,4)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.374,1)	(30.374,9)	(79,0)	(2.315,8)	(6.927,6)	(66,6)
IR/CSLL	2.236,9	13.271,2	(83,1)	782,2	2.247,1	(65,2)
PIS/Cofins	275,1	311,8	(11,8)	107,7	300,8	(64,2)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.1.2) Receita Líquida com Juros

Em 31 de dezembro de 2021, o incremento em comparação ao mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função do aumento da carteira de crédito, principalmente à pessoas físicas e ao consumo.

2.1.3) Outros Eventos

Avaliação do Valor Recuperável

Em dezembro de 2021, o Banco Santander reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 30 milhões (2020 – R\$59 milhões), sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos.

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	12M21	% sob lucro antes dos impostos	12M20	variação anual %	4T21	% sob lucro antes dos impostos	3T21 trimestral	variação %
Banco Comercial (1)	19.490,8	78,7	4.666,4	317,7	4.022,3	77,8	3.036,0	32,5
Banco de Atacado Global	5.259,6	21,3	4.997,6	5,2	1.145,8	22,2	806,5	42,1
Resultado Operacional Antes da Tributação	24.750,4	100,0	9.664,0	156,1	5.168,1	100,0	3.842,5	34,5

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R\$22.002,8 milhões e R\$18.249,4 milhões, respectivamente.

Despesas Gerais – As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente do crescimento dos negócios, devido aos maiores gastos com aquisição de clientes, aumento de produção e volume de transações, e investimentos em novos negócios.

DESPESAS GERAIS (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Outras Despesas Administrativas	(8.290,7)	(8.243,5)	0,6	(2.332,5)	(2.099,4)	11,1
Despesas com Pessoal	(9.025,7)	(8.871,5)	1,7	(2.399,4)	(2.278,1)	5,3
Total de Despesas Gerais	(17.316,4)	(17.115,0)	1,2	(4.731,9)	(4.377,5)	8,1

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	dez-21	dez-20	variação dez/21 vs. dez/20 %
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	16.657,2	20.148,7	(17,3)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	18.858,8	60.900,4	(69,0)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	70.570,7	95.843,1	(26,4)
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	870,2	499,8	74,1
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	101.241,8	109.740,4	(7,7)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	633.241,4	554.924,8	14,1
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	342,5	743,5	(53,9)
Ativos não correntes mantidos para venda	816,3	1.092,9	(25,3)
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.232,6	1.095,0	12,6
Ativos Fiscais	41.757,3	41.063,8	1,7
Outros Ativos	6.049,0	7.222,4	(16,2)
Ativo Tangível	8.783,8	9.537,1	(7,9)
Ativo Intangível	30.786,8	30.766,5	0,1
Total do Ativo	931.208,4	933.578,4	(0,3)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	36.952,6	75.020,2	(50,7)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.459,8	7.038,5	6,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	750.093,7	707.288,8	6,1
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	447,0	144,6	209,1
Provisões	11.604,5	13.815,0	(16,0)
Passivos Fiscais	8.175,0	10.130,2	(19,3)
Outras Obrigações	10.501,3	14.051,2	(25,3)
Total do Passivo	825.233,9	827.488,5	(0,3)
Total do Patrimônio Líquido	105.974,5	106.089,9	(0,1)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	931.208,4	933.578,4	(0,3)

Captações

O total de captações (depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R\$688.645,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$647.466,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de 6,4% no exercício.

CAPTAÇÕES (R\$ Milhões)	dez-21	dez-20	variação dez/21 vs. dez/20 %
Depósitos do Banco Central do Brasil e Instituições de Crédito	121.005,9	131.657,0	(8,1)
Depósitos de Clientes	468.961,1	445.814,0	5,2
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	79.036,8	56.875,5	39,0
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	19.641,4	13.119,7	49,7
Total de Captações	688.645,2	647.466,2	6,4

2.3) Carteira de Crédito

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO (R\$ Milhões)	dez-21	dez-20	variação dez/21 vs. dez/20 %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	95.686,6	112.858,8	(15,2)
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(21,8)	(9,1)	139,6
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	95.664,8	112.849,8	(15,2)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	492.962,2	417.761,2	18,0
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(28.510,7)	(24.054,0)	18,5
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	464.451,6	393.707,2	18,0
Instrumentos de dívida, bruto	74.315,9	49.945,2	48,8
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(1.190,9)	(1.577,4)	(24,5)
Instrumentos de dívida, líquido	73.125,0	48.367,8	51,2
Total de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	633.241,3	554.924,8	14,1

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidos)

As despesas de provisão para perdas por não-recuperação, reduzidas pelas recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, somou R\$17.112,7 milhões e R\$ 17.450,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, apresentando uma queda de 2,0%.

2.4) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para composição do Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação resultou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Nos meses de novembro e dezembro de 2021, foi realizada a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, cujos recursos foram utilizados para compor o Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante total de R\$ 5.5 bilhões, em negociações com investidores privados. As Letras Financeiras possuem prazo de vencimento de 10 (dez) anos com opção de resgate e recompra de acordo com a regulamentação aplicável.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital				dez-21	dez-20	
Características Específicas	Nível I (2)	Nível II (2)	Nível II	Nível II	Nível I (1)	Nível II (1)
Emissão	nov-18	nov-18	nov-21	dez-21	nov-18	nov-18
Principal	US\$1.250	US\$1.250	R\$5.300	R\$200	US\$1.250	US\$1.250
Taxa de Juros	7,250%	6,125%	CDI+2%	CDI+2%	7,250%	6,125%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28	nov-31	dez-31	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28
Valor Contábil	R\$7.050	R\$7.038	R\$5.351	R\$202	R\$6.554	R\$6.565
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	Final do prazo juntamente com o principal	Final do prazo juntamente com o principal	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019

(1) Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 18 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.5) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou queda de 0,1%, em comparação com dezembro de 2020.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação negativa de outros resultados abrangentes no montante de R\$2.978,3 milhões, que inclui como principal evento as variações nos ativos financeiros disponíveis para venda e do Lucro Líquido do exercício no montante de R\$15.559,3 milhões e pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$3.649,0 milhões e Dividendos Intercalares no montante de R\$6.000,0 milhões.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	dez-21	dez-20
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do exercício	18.829	16.702
Aquisições de Ações	91	5.052
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(3.165)	(2.925)
Ações em Tesouraria no final do exercício	15.755	18.829
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$711.268	R\$789.587
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$713.039	R\$791.358
Custo/Valor de Mercado	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado	R\$33,86	R\$33,24
Custo máximo	R\$49,55	R\$49,55
Valor de mercado	R\$29,98	R\$44,83

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	12M21	12M20
Juros sobre o Capital Próprio	3.649,0	3.325,0
Dividendos Intercalares	6.000,0	512,0
Total	9.649,0	3.837,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta maneira, em dezembro a exigência de PR é de 11,00%. Considera-se 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático, com a exigência de PR Nível I de 9,00% e de Capital Principal Mínimo de 7,50%. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-21	dez-20	dez-19
Patrimônio de Referência Nível I	76.969,9	77.571,5	66.481,7
Capital Principal	69.919,9	71.006,3	61.389,5
Capital Complementar	7.050,1	6.565,2	5.092,2
Patrimônio de Referência Nível II	12.591,3	6.554,5	5.083,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.561,3	84.126,0	71.565,5
Risco de Crédito	527.119,3	478.303,5	407.786,2
Risco de Mercado	15.122,2	15.846,3	20.235,2
Risco Operacional	58.499,8	57.419,4	47.965,5
Total de RWA	600.741,3	551.569,2	475.986,9
Índice de Basileia Nível I	12,81	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	11,64	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,91	15,25	15,04

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízos) Líquido	Carteira de Crédito	Participação %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	59.429,2	2.023,0	1.012,3	54.130,5	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	14.724,7	10.944,6	372,6	2.533,0	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	10.805,7	3.581,0	1.048,9	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.600,6	771,2	85,0	-	100,0%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	2.745,0	2.592,7	97,7	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Eventos Societários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº3.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

4) Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 28 de dezembro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 249 milhões, que serão pagos a partir de 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 17 de dezembro de 2021, aprovou a exoneração do Sr. Sérgio Agapito Lires Rial do cargo de Diretor Presidente da Companhia; a condução do Sr. Mario Roberto Opice Leão, atual Diretor Vice-Presidente Executivo, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; a exoneração do Sr. Juan Sebastián Moreno Blanco do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia e a condução dos atuais Diretores sem Designação Específica, Sra. Andrea Marques de Almeida, Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz, e Sr. João Marcos Pequeno De Biase, ao cargo de Diretores Vice-Presidentes Executivos da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2021, aprovou a nomeação do Sr. Sérgio Agapito Lires Rial, aos cargos de Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro dos Comitês de Remuneração e Riscos e Compliance da Companhia; a exoneração dos Srs. Mario Roberto Opice Leão e Carlos Rey de Vicente dos cargos de membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e a nomeação da Sra. Andrea Marques de Almeida e dos Srs. Álvaro Antônio Cardoso de Souza e Luiz Masagão Ribeiro Filho como membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2021, aprovou a eleição do Sr. Gustavo de Souza Fosse como Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 16 de novembro de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Álvaro Antônio Cardoso de Souza ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro dos Comitês de Remuneração e Riscos e Compliance da Companhia, todos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022 e aprovou a Proposta da Administração para convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 17 de dezembro de 2021.

Em 01 de novembro de 2021, aprovou a eleição dos Srs. Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite, Andrea Marques de Almeida e Gilberto Duarte de Abreu como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 26 de outubro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de Dividendos sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,0 bilhões, pagos em 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Em 16 de setembro de 2021 aprovou a reeleição da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 27 de julho de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Em 27 de julho de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,4 bilhões, pagos em 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 01 de julho de 2021, aprovou a eleição dos Srs. Rogério Magno Panca e Sandro Mazerino Sobral como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 01 de junho de 2021, aprovou a eleição da Sra. Vania Maria da Costa Borgerth como membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

Em 03 de maio de 2021, aprovou a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em 03 de maio de 2021, aprovou a eleição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato.

Em 27 de abril de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos intercalares e intermediários totalizando o montante de R\$ 3 bilhões, pagos em 02 de junho de 2021 sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2021, aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia em BRGAAP e IFRS referentes ao primeiro trimestre de 2021.

Em 31 de março de 2021, aprovou a cisão parcial da Companhia, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet, com versão 2 da parcela cindida para a Getnet, nos termos do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial do Santander ("Cisão Parcial").

Em 01 de março de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado por Tarcila Reis Corrêa Ursini ao cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de cisão da operação de meios de pagamento, realizada pela subsidiária, Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ("Getnet"), a fim de concentrar os negócios de tecnologia e pagamentos do Grupo Santander dentro do PagoNxt, uma nova plataforma global de pagamentos focada em tecnologia.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos, no montante de R\$ 512 milhões, pagos em 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2020, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

6) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 47 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores. www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2021.

7) Pessoas

Com a crise de saúde pública desencadeada no início de 2020, nunca se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Banco Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 48.834 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Além do atendimento presencial em clínicas, hospitais e pronto socorro, os colaboradores e seus dependentes contam também com os serviços de telemedicina oferecidos em seus planos de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa. Para tal, o processo de atualização de nossas equipes é essencial e, por isso, mensalmente temos o “Café com Rial”. Em videoconferência com todo o Banco, nosso CEO Sérgio Agapito Lires Rial fala sobre determinados temas e responde a perguntas dos funcionários ao vivo. O último Café contou com a participação recorde de 44 mil funcionários.

Tivemos também em agosto de 2021 a Campanha de Doação de Sangue, onde tivemos excelente adesão, podendo ter salvo mais de 7.000 vidas.

No final de setembro de 2021, tivemos a Semana Santander, que aconteceu em todas as unidades do Santander do mundo. Neste ano, nosso foco principal foi a “Alegria de Servir” nossos clientes, funcionários e à sociedade. Dentro da semana, além das ações, tivemos também o Amigo de Valor, iniciativa que há 18 anos apoia políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e permite a destinação de parte do imposto de renda devido diretamente aos Fundos de Direto da Criança e do Adolescente.

8) Sustentabilidade

A estratégia de Sustentabilidade do Banco Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

prosperar. Destacamos algumas iniciativas no 4T21:

Ambiental

- Viabilizamos R\$ 51,6 bilhões em **negócios sustentáveis**. Esse valor representa um crescimento de 96% comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Em **CDC Solar** financiamos o total de R\$ 2,4 Bi entre operações Santander Financiamentos e Rede Varejo.
- Lançamento do **Portal Amazônia**, que é um espaço para apresentar a atuação do Banco na Região Amazônica, com números de Infraestrutura, Saneamento, Impacto Social, Agronegócio, Mudanças Climáticas, Plano Amazônia, entre outros.
- **Calculadora de Carbono**: com o objetivo de incentivar os funcionários do Santander Brasil e coligadas a conhecer a sua pegada de carbono, o Banco criou a calculadora de carbono individual. É um questionário rápido sobre o dia a dia das pessoas para saber a quantidade de CO2 emitida mensalmente no ambiente e ver como encontrar um caminho mais neutro para causar menos impacto. <https://santander.carboncalculator.greendomus.info/calculator>

Social

Destaque para o maior Amigo de Valor da história. Foram arrecadados R\$ 19,8 MM nesta edição. Vamos apoiar os 100 projetos selecionados com 100% dos recursos solicitados.

Governança

Permanência no ISE (o índice agrupa as empresas com melhor performance em sustentabilidade corporativa), CDP e diversos prêmios, com destaque para o Fortune, com o case de energias renováveis, como uma das empresas que mais mudam o mundo.

Prêmios no período:

- Fortune - Change the World 2021 - O Santander é a 4ª. empresa no ranking Change the World 2021, da Revista Fortune.
- Empresa mais Sustentável da Época Negócios 360° - Em premiação especial dos 10 anos do anuário, o Santander foi eleito a empresa da década em Sustentabilidade.
- GPTW - Pelo 6º ano consecutivo, o Santander é eleito uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW. Essa é a primeira vez que estamos entre os dez primeiros colocados.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados para maiores informações vide nota explicativa 43.h das Demonstrações Financeiras em IFRS.

10. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 30 de dezembro de 2021, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 30 de setembro de 2021, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/02/2022).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2021

Conselho de Administração

Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Presidente (independente)
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
René Luiz Grande – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Carlos Aguiar Neto – Membro
Carlos Rey de Vicente – Membro
Mario Roberto Opice Leão – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Conselho Fiscal*

Louise Barsi - Membro efetivo
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente
Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo**
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo**

*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

**Posse pendente homologação do BACEN

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Netto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Netto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Netto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Contador

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/ O-4

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2021:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Maurício da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2021:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 03 de maio e 1º de junho de 2021. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2021.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do segundo semestre e ano de 2021 do Santander e do Conglomerado, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nº. 2.554/1998, 4.557/2017, 4.893/2021 e 4.968/2021, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2021, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2021. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2021, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.860/20 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2021, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD. O Comitê de Auditoria participou de reunião do Comitê de Sustentabilidade para conhecimento, dentre outros, dos indicadores socioambientais que norteiam os negócios.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2021, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

São Paulo, 24 de Fevereiro de 2022.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

**Nosso propósito é contribuir para que as
pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um
jeito:**

Simple | Pessoal | Justo

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

AV. Juscelino Kubitschek, 2235 – 10 andar

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br